



Criado pela Lei nº 1.552, de 21/08/1959.

Versão digital instituída pelo Decreto nº 3.987, de 14/08/2013.

Sr(s) Usuário(s),

Com o propósito de ampliar o acesso ao Diário e conferir praticidade e economicidade aos meios de sua produção, a Prefeitura de Goiânia coloca à disposição de todos os interessados o Diário Oficial do Município – Eletrônico (DOM-e).

Esta versão está assinada digitalmente, conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP – Brasil).

A publicação eletrônica substitui qualquer outro meio de publicação oficial e produz todos os efeitos legais pertinentes.

Para consultar os documentos publicados em cada edição, utilize os marcadores/bookmarks disponíveis do lado esquerdo desta página, ou utilize o comando de atalho do teclado ctrl+f.

A validação da Assinatura Digital poderá ser realizada conforme informativo disponível na página da Secretaria Municipal da Casa Civil, no ícone Diário Oficial – Sobre.

PREFEITURA DE GOIÂNIA

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

CLÁUDIA DA SILVA LIRA
Vice-Prefeita

GABRIELA MACHADO SILVEIRA TEJOTA
Secretária Municipal da Casa Civil

JAIRO DA CUNHA BASTOS
Secretário Executivo

KENIA HABERL DE LIMA
Gerente da Imprensa Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

Endereço: Av. do Cerrado, 999, Parque Lozandes
Goiânia – GO, CEP: 74.805-010

Fone: (62) 3524-1094

Atendimento: das 08:00 às 12:00 horas
das 14:00 às 18:00 horas

E-mail contato: diariooficial@casacivil.goiania.go.gov.br



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.331, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

Declara de utilidade pública a entidade Central Unificada das Favelas - CUFA - GO.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Declara de utilidade pública a entidade Central das Comunidades, Favelas e Periferias - COMFAPE, conhecida como CUFA - GO, inscrita no CNPJ sob o nº 37.696.698/0001-31, com endereço cadastrado na Av. Antônio Fidelis, nº 543, Quadra 107, Lote 07, Parque Amazônia, Goiânia/GO, CEP nº 74.840-090.

Art. 2º A declaração de utilidade pública de que trata esta Lei não implica tratamento diferenciado por parte do poder público municipal à entidade beneficiada em relação a quaisquer outras entidades formalmente constituídas e que possuem finalidade semelhante em seus respectivos estatutos ou atos de fundação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de lei de autoria do Vereador Dr. Gian.

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000075-2

SEI Nº 5962283v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.332, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

Declara de utilidade pública a Associação Quintal Kombox.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Declara de utilidade pública municipal a Associação Quintal Kombox, pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação e sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 58.199.344/0001-51, com sede no endereço Av. Milão, nº 1.187, Quadra CP-02, Lote 03, Loteamento Celina Park, Goiânia - GO, CEP 74373-270.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de lei de autoria do Vereador Paulo Magalhães.

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000071-0

SEI Nº 5962332v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.333, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

Altera o nome do CSF Goiânia Viva para CSF José Maurício Beraldo.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o nome do Centro de Saúde da Família Goiânia Viva, localizado na Rua GV-1, 17 A, Quadra 46, Casa da Chácara Taquaral Reserva Ecológica do Residencial Goiânia Viva, para Centro de Saúde da Família - CSF José Maurício Beraldo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de lei de autoria do Vereador Markim Goyá.

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000068-0

SEI Nº 5962510v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM Nº 16/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

Com fundamento no art. 94, § 2º da Lei Orgânica do Município de Goiânia, devolvo a essa Casa de Leis, **vetado parcialmente** o **Autógrafo de Lei nº 220, de 26 de dezembro de 2024**, oriundo do Processo Legislativo nº [6522.2023-10](#), de autoria do Vereador Dr. Gian, que "Garante acompanhamento psicológico a mulheres cujos filhos tenham sido vítimas fatais de crimes violentos."

Incide o veto sobre o art. 3º, abaixo transcrito:

Art. 3º O Município realizará as seguintes ações administrativas:

I - incentivo para que o órgão competente crie grupos de apoio para mulheres cujos filhos tenham sido vítimas fatais de crimes violentos;

II - capacitação dos agentes da rede pública municipal de atendimento em saúde mental para a adequada realização do acompanhamento psicológico de que trata esta Lei.

.....

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Município, manifestou-se pelo veto do disposto no art. 3º, considerando que se refere a tema cuja iniciativa deveria ser do Chefe do Poder Executivo, conforme se transcreve abaixo:

.....

Conclui-se, portanto, pela devida competência municipal para legislar acerca da matéria proposta no presente Autógrafo.

Verifica-se que os **artigos 1º e 2º** do Autógrafo em análise tão somente garantem uma obrigação jurídica já existente, na medida em que está no rol de competências municipais a garantia de assistência integral à saúde (artigos 215 e 217 da Lei Orgânica do Município), inclusive a saúde mental, nos termos da Lei Municipal nº 7.775/1998, que dispõe sobre a política de atenção integral à saúde mental em Goiânia, fundamentada nas ações e serviços públicos do município, através do Sistema Único de Saúde de descentralização, integralidade, universalidade, equidade e participação na gestão.

Outrossim, no que concerne ao **art. 4º** do Autógrafo, que prevê que as despesas decorrentes da execução da lei serão custeadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, cumpre observar que a previsão se coaduna com a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral (**Tema 917**), no sentido de que "não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal)".

Nesse mesmo sentido, cita-se:

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Município de Santo André. Lei Municipal nº 10.408/2021, de iniciativa do Poder Legislativo, que "Institui a política municipal de proteção à saúde bucal da pessoa hospitalizada". Alegação de inconstitucionalidade do referido diploma legal por vício de iniciativa, com ofensa ao princípio da separação dos poderes, bem como em razão da não indicação específica da fonte de custeio para aplicação das determinações nele previstas. Inocorrência. Ausência de vício formal de iniciativa ou de violação à separação dos poderes, já que **"Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos"** (Tema 917/STF). **Omissão a respeito da expressa indicação de fonte de custeio que, da mesma forma, não autoriza o reconhecimento do alegado vício de inconstitucionalidade, de vez que a "ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo tão-somente a sua aplicação naquele exercício financeiro"** (ADI nº 3.599, rel. Min. Gilmar Mendes, j. de 21.05.2007). AÇÃO IMPROCEDENTE. (TJSP; Direta de Inconstitucionalidade 2268886-04.2021.8.26.0000; Relator (a): Jarbas Gomes; Órgão Julgador: Órgão Especial; Tribunal de Justiça de São Paulo - N/A; Data do Julgamento: 24/08/2022; Data de Registro: 26/08/2022)

.....

Todavia, a mesma conclusão não se pode chegar quanto à previsão contida no art. 3º do Autógrafo de lei. Isso porque, da leitura do aludido dispositivo, observa-se que, a pretexto de indicar as ações governamentais a serem adotadas, os incisos I e II do art. 3º adentraram em matéria cuja iniciativa legislativa compete ao Chefe do Poder Executivo, eis que tratam de atribuição de órgão da administração municipal, sobre servidores públicos e organização administrativa.

Não se pode olvidar que o constituinte atribuiu ao Chefe do Poder Executivo a competência para deflagrar os processos legislativos referentes à **organização administrativa e aos servidores públicos**.

.....

Assim, ao imputar atribuições para órgão público do Poder Executivo, dispor sobre servidores públicos e adentrar na organização e funcionamento da administração municipal, o **art. 3º** do Autógrafo invadiu matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo, incorrendo em **inconstitucionalidade formal**, nos termos do art. 61, §1º, II, da CF/88, art. 77, inciso V, da Constituição Estadual, e art. 89, incisos I, II e III, da Lei Orgânica Municipal.

Destaca-se, aliás, que esse foi também o entendimento da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Goiânia, que, no curso do Processo Legislativo nº 0006522.2023-10, exarou o Parecer nº 09/2024, sugerindo a supressão do art. 3º do projeto de lei em virtude da sua inconstitucionalidade formal. Na ocasião, a Procuradoria entendeu que o dispositivo promoveu ingerência indevida na competência privativa do Chefe do Poder Executivo, atribuindo ao Prefeito a responsabilidade de promover a criação de grupos de apoio e a necessidade de capacitação dos agentes da rede pública de atendimento em saúde mental.

Demais disso, verifica-se que, apesar de ter sido promovida a alteração da redação do inciso I do art. 3º no curso do processo legislativo, não houve correção do vício formal apontado pela Procuradoria Jurídica, mantendo-se, assim, a inconstitucionalidade formal do dispositivo por ter invadido matéria reservada à competência privativa do Chefe do Poder Executivo.

Por fim, com relação aos demais artigos, compreende-se que a proposição parlamentar se conforma com as normas procedimentais e substanciais da Constituição Federal, assim como com a Lei Orgânica do Município de Goiânia e as normas gerais a respeito da matéria, razão pela qual se entende pela sua viabilidade jurídica.

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, sem prejuízo da fundamentação antes vertida, **opina-se, sob o ponto de vista jurídico, pelo veto parcial do Autógrafo de Lei nº 220/2024**, oriundo do Projeto de Lei nº 455/2023, Processo nº 0006522.2023-10, nos termos do art. 94, §3º, da Lei Orgânica do Município, **sugerindo-se o veto do artigo 3º do Autógrafo de Lei**.

.....

Essas, Excelentíssimo Senhor Presidente e nobres parlamentares, são as razões que conduziram ao **veto parcial** do Autógrafo de Lei nº 220, de 2024, especificamente **do art. 3º**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros do Poder Legislativo, na expectativa de acolhimento.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000074-4

SEI Nº 5962594v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.334, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

Garante acompanhamento psicológico a mulheres cujos filhos tenham sido vítimas fatais de crimes violentos.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica garantido, no município de Goiânia, acompanhamento psicológico a mulheres cujos filhos tenham sido vítimas fatais de crimes violentos, nos termos desta Lei.

Art. 2º O acompanhamento psicológico de que trata esta Lei será prestado por profissional devidamente habilitado que integre a rede pública municipal ou conveniada de atendimento em saúde mental.

Art. 3º (VETADO):

I - (VETADO);

II - (VETADO).

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de Lei de autoria do Vereador Dr. Gian.

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000074-4

SEI Nº 5962701v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.335, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

Declara de utilidade pública o Aeroclube de Goiás.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Aeroclube de Goiás, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.551.778/0001-14, com duração por prazo indeterminado, com sede e foro na Av. Caiapó, nº 976, Quadra 96, Lote 64, Bairro Santa Genoveva, CEP 74.672-400, no Município de Goiânia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de lei de autoria do Vereador Anselmo Pereira

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000070-1

SEI Nº 5963051v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 11.336, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

Denomina Viaduto Alberto Elcain o viaduto da Avenida 2º Radial sobre a Marginal Botafogo, que faz a ligação do Setor Pedro Ludovico com a Vila Redenção.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, Faço saber que a Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado Viaduto Alberto Elcain o viaduto da Avenida 2º Radial sobre a Marginal Botafogo, que faz a ligação do Setor Pedro Ludovico com a Vila Redenção.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Projeto de lei de autoria do Vereador Paulo Magalhães.

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000069-8

SEI Nº 5963101v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

MENSAGEM Nº 17/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

Com fundamento no § 2º do art. 94 da Lei Orgânica do Município de Goiânia, faço restituir a essa Casa de Leis, vetado integralmente, o **Autógrafo de Lei Complementar nº 10, de 26 de dezembro de 2024**, oriundo do Processo Legislativo nº 4103.2023-43, de autoria do Vereador Paulo Magalhães, que "Altera a Lei Complementar nº 324, de 28 de novembro de 2019, e a Lei Complementar nº 364, de 13 de janeiro de 2023, delegando ao poder público a responsabilidade pela construção, manutenção e adaptação das calçadas nos logradouros públicos."

Sobre a matéria proposta no presente autógrafo, a Procuradoria-Geral do Município, apresentou o Parecer Jurídico 104 (SEI nº 5900876), nos seguintes termos:

.....

Nos termos do art. 1º do autógrafo de lei, pretende-se **acrescentar o art. 1º-A** à Lei Complementar n. 324/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º-A. A administração pública municipal fica responsável pela construção, reconstrução e conservação das calçadas do município de Goiânia, como bens públicos inalienáveis que são, independentemente do uso ou destinação do imóvel lindeiro, sendo o imóvel de propriedade pública ou privada.

§1º A administração pública municipal fica obrigada a criar projeto próprio de padronização das calçadas do município, atendendo a critérios estabelecidos em lei federal vigente sobre acessibilidade.

§2º A administração pública municipal deverá construir ou reconstruir 5% (cinco por cento) do total de quilômetros das calçadas existentes no município a cada ano, tendo 20 (vinte) anos como prazo máximo de construção das obras, considerado a partir de janeiro de 2025.

Por sua vez, o art. 2º traz a previsão de que fica **alterado o §1º do art. 3º** da Lei Complementar, passando a vigorar com nova redação. Nesse sentido, em análise comparativa entre o dispositivo atual e a redação nova que se pretende conferir, temos:

Dispositivos atuais	Nova redação a ser conferida aos dispositivos
Art. 3º Nos logradouros públicos dotados de meio-fio são obrigatórias a construção, adaptação e manutenção da calçada, em toda a extensão das testadas dos imóveis, nos termos desta Lei Complementar. § 1º O responsável pelo imóvel deverá construir, adaptar e manter em bom estado a calçada lindeira ao imóvel.	Art. 3º Nos logradouros públicos dotados de meio-fio são obrigatórias a construção, adaptação e manutenção da calçada, em toda a extensão das testadas dos imóveis, nos termos desta Lei Complementar. § 1º A administração pública municipal deverá construir, adaptar e manter em bom estado as calçadas lindas aos imóveis.

Pela disposição do art. 3º do autógrafo de lei, **acrescentar-se-á o inciso VII ao art. 6º da Lei Complementar n. 324/2019**, com a seguinte redação:

Art. 6º Os parâmetros desta Lei Complementar deverão ser exigidos nos procedimentos ou atividades relativos à autorização ou licenciamento:

.....

VII. novos loteamentos e reloteamentos, de condomínios privados, de condomínios públicos e condomínios público-privados.

O art. 4º traz as novas redações a serem conferidas ao *caput*, do **art. 11** da Lei Complementar n. 324/2019, seus **incisos I e II** e **acrescenta o §3º**. As novas disposições são as seguintes:

Dispositivos atuais	Nova redação a ser conferida aos dispositivos
<p>Art. 11. A Administração Pública Municipal poderá executar a construção, adequação ou reparação da calçada nas seguintes situações:</p> <p>I - caso o responsável pelo imóvel lindeiro ou terceiro não promovam a devida construção, adaptação ou reparação, na forma e no prazo estabelecido, observado o disposto nos arts. 8º e 9º, desta Lei Complementar, serão cobrados os respectivos custos, com acréscimo de 20% (vinte por cento);</p> <p>II - visando resguardar a padronização das calçadas ou o atendimento de qualquer outro interesse público, serão cobrados do responsável pelo imóvel os respectivos custos pela construção, adaptação ou reparação.</p>	<p>Art. 11. A administração pública municipal deverá executar a adequação ou reparação da calçada nas seguintes situações:</p> <p>I- caso o responsável pelo imóvel lindeiro ou terceiro não promovam a devida reparação ou adaptação, na forma do prazo estabelecido, observado o disposto nos arts. 8º e 9º desta Lei Complementar, serão cobrados os respectivos custos, com acréscimo de 20% (vinte por cento);</p> <p>II – visando resguardar a padronização das calçadas ou atendimento de qualquer outro interesse público, serão cobrados do responsável pelo imóvel os respectivos custos pela adaptação ou reparação;</p> <p>§3º As concessionárias ou permissionárias de direito público ou privadas ficam obrigadas a reparar o piso das calçadas onde forem feitas intervenções, de modo que fique perfeitamente igual a antes da operação, tanto em estrutura quanto em material utilizado na construção (NR),</p>

Já o art. 5º prevê a alteração a ser conferida ao **parágrafo único do art. 62** da Lei Complementar n. 324/2019, qual seja:

Dispositivo atual	Nova redação a ser conferida ao dispositivo
<p>Art. 62. A Administração Pública Municipal deverá realizar ações informativas e educativas permanentes, visando a ampla divulgação, esclarecimento e conscientização da população com relação ao disposto nesta Lei Complementar e normas correlatas. Parágrafo único. Os recursos a serem investidos pela Administração Pública Municipal na realização de obras de construção reforma e manutenção de calçadas nos logradouros públicos, sob a sua responsabilidade, bem como, de ações informativas e educativas permanentes, objetivando garantir o direito à acessibilidade às pessoas com deficiência serão oriundos de parte da arrecadação com a cobrança de multas de trânsito, em</p>	<p>Art. 62. A Administração Pública Municipal deverá realizar ações informativas e educativas permanentes, visando a ampla divulgação, esclarecimento e conscientização da população com relação ao disposto nesta Lei Complementar e normas correlatas. Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar investidos pela administração pública municipal na realização de obras de construção, reforma e manutenção de calçadas nos logradouros públicos, sob a sua responsabilidade, bem como de ações informativas e educativas permanentes, objetivando garantir o direito à acessibilidade às pessoas com deficiência serão oriundas de parte da arrecadação com a cobrança de multas de trânsito, em consonância com o</p>

consonância com o disposto no inciso XII, do art. 8º, da Resolução nº 638, de 30 de novembro de 2016, expedida pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo inciso VIII, do art. 12 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em percentual a ser estabelecido, na forma legal, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

disposto no inciso XII do art. 8º da Resolução nº 638, de 30 de novembro de 2016, expedida pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VIII do art. 12 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB, em percentual a ser estabelecido, na forma legal, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, de captação de recursos em convênios com a União e Estados e parcerias público-privadas (NR)

Pela disposição do art. 6º, **acrescenta-se o parágrafo único ao art. 69** da Lei Complementar n. 324/2029, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 69. (...)

Parágrafo único. Fica o poder público municipal obrigado a realizar um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de quilômetros de calçadas existentes no município a cada ano a partir de 1º de janeiro de 2025, concluindo-se todas as adaptações e construções no prazo máximo de 20 (vinte) anos, sendo obrigatório constar nas peças orçamentárias anuais previsão de aplicação de recurso.

O art. 7º traz a disposição de **revogação** dos seguintes dispositivos:

I. **parágrafo único do art. 2º** da Lei Complementar n. 324/2019 (Parágrafo único. A Administração Pública Municipal poderá exigir a qualquer tempo do responsável pelo imóvel ou terceiro a realização de obras, serviços, a implementação ou retirada de elementos das calçadas, visando garantir a acessibilidade, trafegabilidade, segurança das pessoas, e evitar ou cessar danos a terceiros ou ao patrimônio público);

II. **os §§1º e 2º do art. 9º** da Lei Complementar n. 324/2019 (§ 1º No caso de paralisação de obra ou serviços a Administração Pública Municipal poderá prorrogar o prazo previsto no *caput* analisadas as condições e de acordo com os parâmetros definidos nesta Lei Complementar; §2º Excepcionalmente, conforme ato normativo do Órgão Municipal de Planejamento Urbano, a fiscalização urbana com base em justificativa fundamentada, poderá conceder prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, em notificação fiscal ou em auto de infração com valor de notificação, para adequações e cumprimento das exigências legais, de acordo com a gravidade da situação encontrada.)

III. **os §§6º e 7º do art. 20** da Lei Complementar n. 324/2019 (§ 6º Os rebaixos de calçada para acesso de pedestres nos pontos de travessia em imóveis de esquina e junto às faixas de travessia de pedestres serão de responsabilidade do proprietário ou titular do domínio útil do imóvel lindeiro à calçada; § 7º No caso de implantação de nova faixa de pedestres fora da esquina ou de mudança na sua localização, será de responsabilidade da Administração Pública Municipal realizar as obras de adaptação, relativas à extinção e implantação de rebaixos de calçadas).

IV. Os **arts. 40, 41 e 42** da Lei Complementar n. 324/2019

(Art. 40. Será tolerada, em caráter especial e precário, desde que garantidas a acessibilidade, trafegabilidade e a segurança das pessoas, a permanência dos seguintes elementos já implementados antes da edição desta Lei Complementar:

I - o rebaixo da calçada para acesso de veículos na faixa de serviço, realizado conforme a [Lei Complementar nº 177/2008](#), isento de rampa na sarjeta, e atendendo aos demais parâmetros legais, com meio-fio nivelado com a sarjeta na área rebaixada ou com no máximo 7 cm (sete centímetros) de altura em relação à esta;

II - as floreiras e os taludes gramados situados na faixa de acesso da calçada;

III - o calçamento da faixa livre diferente de concreto, desde que este seja contínuo, plano, regular, firme, estável, antiderrapante e não trepidante, não sendo permitido o uso de: a) concregrama;

- b) bloquete sextavado, paralelepípedo, pedra portuguesa e outros semelhantes;
- c) pedras polidas tais como ardósia, granito e outras, e cerâmicas vitrificadas ou esmerilhadas;
- d) pedras de pirenópolis, folhetim de granito e outros materiais semelhantes não serrados e aplainados;
- e) paver e outros semelhantes.

IV - a sinalização tátil realizada com base no [Decreto nº 3.057, de 15 dezembro de 2015](#), que eventualmente apresente alguma divergência em relação ao disposto nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. A tolerância prevista no *caput* deste artigo não se aplica à calçada onde houver a demolição total da edificação pré-existente e nos casos de reconstrução da calçada.

Art. 41. Para fins desta Lei Complementar, a comprovação de que a construção da calçada ou da construção de edificação lindeira à esta e da existência de elementos implantados em sua área antes da edição desta Lei Complementar, se dará por meio de registros oficiais e/ou vistoria fiscal elucidativa ou comprobatória da situação fática.

Art. 42. Nas faixas de acesso das calçadas serão admitidas rampas exclusivamente para viabilizar o acesso às edificações construídas anteriormente à esta Lei Complementar.

§ 1º A possibilidade de realização da rampa na faixa de acesso de que trata o *caput*, não será admitida, quando for viável tecnicamente utilizar a área interna do imóvel, para o acesso por meio de rampa, de dispositivo mecânico, elevador, plataforma, escada rolante ou similares, desde que aprovada pelo Órgão Municipal de Planejamento Urbano.

§ 2º As rampas na faixa de acesso somente poderão ser mantidas ou realizadas em consonância com os parâmetros de acessibilidade e demais aspectos legais pertinentes.

§ 3º Deverá constar da Licença para Construir a obrigação, por parte do proprietário do imóvel lindeiro à calçada, de retirada da rampa autorizada na faixa de acesso em função de interesse público representado.

§ 4º A exigência de que trata o § 5º do art. 28 desta Lei Complementar poderá ser revista quando sua implementação for tecnicamente inviável.)

V. O **inciso I do §3º do art. 52** da Lei Complementar n. 324/2019 (§ 3º Serão consideradas graves as infrações relativas a: I - falta de construção de calçada)

VI. O **inciso VI e o §2º do art. 38** da Lei Complementar n. 364/2023 (**art. 38**. Será objeto de Alvará de Autorização: (...) VI - calçada; (...))

§ 2º O Alvará de Autorização de calçada seguirá as regras previstas em lei própria e regulamentos específicos)

VII. O **inciso III do §1º do art. 59** da LC 364/2023 (§ 1º Poderá ser concedida CCO em caráter parcial para edificações parcialmente concluídas, desde que: III - a parte da calçada, referente à área objeto da CCO parcial, esteja executada conforme lei específica.)

Por derradeiro, o art. 8º prevê que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Apresentado o panorama geral do autógrafo de lei, passa-se à análise de sua constitucionalidade.

.....

Neste contexto, convém lembrar que ao Chefe do Poder Executivo fora atribuída a competência para deflagrar os processos legislativos referentes a criação, a extinção e a modificação de cargos e empregos públicos, como também a iniciativa das proposições legislativas correlacionadas à criação, modificação e extinção de órgãos e entidades administrativas em particular.

Neste sentido, sobretudo, dispusera o art. 61, da Carta da República:

.....

Ademais, assim prevê a Constituição do Estado de Goiás:

Art. 77 - Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

V - dispor sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos órgãos da administração municipal;

Por fim, assim preconiza a Lei Orgânica do Município na esfera local, vide art. 89, inciso III, da LOM.

Segundo José Afonso da Silva^[1], a razão para que se atribui ao Chefe do Executivo o poder de iniciativa decorre do fato de a ele caber a missão de aplicar uma política determinada em favor das necessidades do ente federativo; mais bem informados do que ninguém das necessidades, e dada a complexidade cada vez maior dos problemas a se resolver, estão os órgãos do Executivo tecnicamente mais bem aparelhados do que os parlamentares para preparar os projetos de lei.

Nada obstante, há de se reconhecer que os temas submetidos a iniciativa reservada do Poder Executivo afiguram-se taxativos e excepcionais, motivo pelo qual não podem ser ampliados pela via interpretativa.

Devem, na realidade, ser analisados com autocontenção, já que não se pode, sem respaldo constitucional, ressaltar a regra geral no sentido de que a iniciativa de projetos de lei afigura-se, ordinariamente, concorrente:

“Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.”

Não é por outra razão, aliás, que a esfera acadêmica e jurisprudencial tem compreendido, sobretudo em tempos mais recentes, que temas correlacionados à Administração Pública, mas que não se confundem com as matérias tratadas pelo art. 61, da CF/88 (e, conseqüentemente, pelo art. 77, da Constituição do Estado de Goiás e pelo art. 89 da Lei Orgânica do Município) podem, a princípio, ser disciplinados por lei de origem parlamentar, desde que, evidentemente, não adentrem na gestão da coisa pública e não usurpem função deferida ao Executivo com preeminência, qual seja, a função administrativa.

Isto é, desde que não ofendam o princípio da separação e harmonia dos poderes (art. 2º, da CRFB), ainda que acabem por incrementar despesas para o erário.

.....

Nos termos do Tema 917 do Pretório Excelso, não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores.

Conforme visto nos autos, o presente autógrafo de lei traz uma ingerência indevida do legislativo em matéria afeta à iniciativa privativa do Chefe do Executivo, qual seja a disposição, funcionamento, competências e composição de órgãos públicos municipais. Isso porque, atualmente, a incumbência para a manutenção, conservação e construção de calçadas é do dono do imóvel lindeiro, cabendo à Administração Pública Municipal apenas a fiscalização do cumprimento dessa obrigação pelo particular e a manutenção de calçadas que não estiverem em consonância com as normas pertinentes, com posterior ressarcimento dos custos pelo particular.

O autógrafo de lei, ao prever a obrigação de construção, manutenção e conservação de calçadas pelo poder público, cria uma nova obrigação a órgão público municipal

responsável por obras dessa municipalidade, o que é de competência privativa do Chefe do Executivo.

Ademais, calha destacar que a competência para a administração dos bens públicos municipais, como é o caso das calçadas, é do Chefe do Executivo. Atualmente, a opção escolhida para a construção, conservação e manutenção de calçadas foi delegar tais obrigações ao particular dono do imóvel lindeiro, cabendo ao poder público a elaboração de normas para a padronização de calçadas, além da sua fiscalização e autuação de proprietários que não seguirem as disposições legais e regimentares sobre o assunto. Transferir a incumbência de construção e conservação das calçadas seria imiscuir na competência do Executivo de dispor sobre o melhor uso de bens públicos.

Para além das irregularidades apontadas quanto à ausência de competência de parlamentares disporem sobre a incumbência de órgãos públicos e a administração de bens públicos, matérias estas de competência privativa do Chefe do Executivo, temos que a disposição trazida no autógrafo traz inegáveis gastos adicionais ao poder público, que passará a se incumbir da realização de obras públicas para a manutenção e adaptação de calçadas. No entanto, não há a indicação no processo legislativo de quantos quilômetros quadrados de calçadas devem ser construídas, conservadas e adaptadas pelo poder público, nem tampouco os custos que devem ser tomados para essa nova incumbência do poder público.

.....

Recentemente o STF não só reafirmou sua jurisprudência, como também consolidou o entendimento no sentido de que toda proposição legislativa estadual ou municipal que crie ou altere despesa ou que implique em renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, sob pena de ser formalmente inconstitucional. Veja-se:

EMENTA: Direito constitucional e tributário. Ação direta de inconstitucionalidade. IPVA. Isenção. Ausência de estudo de impacto orçamentário e financeiro.

1. Ação direta contra a Lei Complementar nº 278, de 29 de maio de 2019, do Estado de Roraima, que acrescentou o inciso VIII e o §10 ao art. 98 da Lei estadual nº 59/1993. As normas impugnadas versam sobre a concessão de isenção do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) às motocicletas, motonetas e ciclomotores com potência de até 160 cilindradas.
2. Inconstitucionalidade formal. Ausência de elaboração do estudo de impacto orçamentário e financeiro. O art. 113 do ADCT foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que se destina a disciplinar o “Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. A regra em questão, porém, não se restringe à União, conforme a sua interpretação literal, teleológica e sistemática.
3. Primeiro, a redação do dispositivo não determina que a regra seja limitada à União, sendo possível a sua extensão aos demais entes. Segundo, a norma, ao buscar a gestão fiscal responsável, concretiza princípios constitucionais como a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (art. 37 da CF/1988). Terceiro, a inclusão do art. 113 do ADCT acompanha o tratamento que já vinha sendo conferido ao tema pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, aplicável a todos os entes da Federação.
4. A exigência de estudo de impacto orçamentário e financeiro não atenta contra a forma federativa, notadamente a autonomia financeira dos entes. Esse requisito visa a permitir que o legislador, como poder vocacionado para a instituição de benefícios fiscais, compreenda a extensão financeira de sua opção política.
5. Com base no art. 113 do ADCT, toda “proposição legislativa (federal, estadual, distrital ou municipal) que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro” em linha com a previsão do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
6. A Lei Complementar do Estado de Roraima nº 278/2019 incorreu em vício de inconstitucionalidade formal, por violação ao art. 113 do ADCT.

7. Pedido julgado procedente, para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar nº 278, de 29 de maio de 2019, do Estado de Roraima, por violação ao art. 113 do ADCT.

8. Fixação da seguinte tese de julgamento: “É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT”.

(ADI 6303, Relator(a): Roberto Barroso, Tribunal Pleno, julgado em 14/03/2022, Processo Eletrônico DJe-052 Divulg. 17-03-2022. Public. 18-03-2022).

Portanto é imprescindível que, para a constitucionalidade de despesas a serem arcadas pelo poder público, tenha o processo legislativo sido acompanhado de estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro, para fins de que a despesa criada seja regular.

Conforme se observa do processo legislativo n. 00000.004103.2023-43, foi apresentado o Projeto de Lei Complementar n. 13/2023, que delega ao poder público a responsabilidade pela construção, manutenção e adaptação das calçadas nos logradouros públicos. No entanto, não foi realizado estudo de impacto orçamentário, no qual se averigue que os gastos a serem realizados com a execução da lei terão compatibilidade orçamentária e financeira, nem tampouco qual o seu valor.

III. Conclusão

Ante todo o exposto, bem como considerando os aspectos formais e materiais da matéria, **opina-se pelo veto integral do autógrafo de lei complementar n. 10/2024**, considerando que o referido autógrafo traz disposições sujeitas à iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, motivo pelo qual não pode ser disposta em lei de iniciativa parlamentar. Ademais, também traz a previsão de gastos adicionais ao poder público sem a realização de estudos de impacto orçamentário e financeiro com a essas novas despesas, o que vai de encontro à determinação contida no art. 113 do ADCT.

.....

Estas, Senhor Presidente, são razões que me conduziram a **vetar integralmente o Autógrafo de Lei Complementar nº 10, de 2024**, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros dessa Casa de Leis.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000072-8

SEI Nº 5963153v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 606, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

RODRIGO ALVES DE SOUSA, CPF nº ***.367.401.-**, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Pesquisa e Cálculo, símbolo CDI-1, da Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963319v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 607, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

MIRNA COSTA DE CARVALHO CAMAROTA, CPF nº ***.285.742**, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Advocacia Setorial do PROCON, símbolo CDS-4, da Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963459v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 608, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

LUNA VIEIRA DE SOUZA CIPRIANO AGUIAR, matrícula nº 541591, CPF nº ***.089.491.-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo AE, com lotação na Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963556v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 609, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

GEOVANNA MOREIRA GOMES, CPF nº ***.067.531.-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo AE, com lotação na Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963584v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 610, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

ROSEMEIRE APARECIDA DE SOUZA, CPF nº ***.507.005.-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo AE, com lotação na Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963611v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 611, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

SAMARA CELESTINO ALMEIDA, CPF nº ***.654.771.-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo AE, com lotação na Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963644v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 612, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

VANIA MARIA DE AQUINO, matrícula nº 820423, CPF nº ***.695.541.-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo AE, com lotação na Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963680v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 613, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

GEAN CARLOS OLIVEIRA DA SILVA, CPF nº ***.825.081.-**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo AE, com lotação na Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963692v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 614, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

JULLIANA FERREIRA VIANA, matrícula nº 1457594, CPF nº ***.366.081.-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo AE, com lotação na Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963727v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 615, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

KAMILA TEIXEIRA TOLEDO, CPF nº ***.026.481.-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica II, símbolo AT-2, com lotação na Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963756v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 616, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

PAULA RAYANA ELIAS DE SOUZA, matrícula nº 1346121, CPF nº ***.722.191.-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora Especial Técnica I, símbolo AET-1, com lotação na Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963785v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 617, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

ROBSON LATALIZA FRANÇA, CPF nº ***.506.311.-**, para exercer o cargo em comissão de Gerente do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, símbolo CDI-1, da Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963844v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 618, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

HONIELLY RIBEIRO PEREIRA, CPF nº ***.691.031.-**, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Cartório e Protocolo, símbolo CDI-1, da Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963878v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 619, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

NATHALIA PEREIRA ASSUNÇÃO, CPF nº ***.640.381.-**, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Atendimento ao Consumidor, símbolo CDI-1, da Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963915v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 620, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

DAYENE PEREIRA DO NASCIMENTO, CPF nº ***.867.821.-**, para exercer o cargo em comissão de Assessora de Comunicação, símbolo CDS-3, da Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963940v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 621, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; a Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

MARILENE ALVES RODRIGUES MENDES, matrícula nº 724700 CPF nº ***.734.361.-**, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Fiscalização, símbolo CDI-1, da Superintendência do PROCON, da Procuradoria Geral do Município, a partir da data da publicação, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5963965v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 622, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto no art. 53 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021; com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, e à vista do contido no Processo Sei nº 25.1.000000586-0, resolve:

Art. 1º Ceder o servidor WILHANS NONATO DE OLIVEIRA, matrícula nº 1374907-01, CPF nº ***.227.641-**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, à Procuradoria Geral do Município, a partir desta data até 31 de dezembro de 2025, com todos os direitos e vantagens de seu cargo e com ônus para o cessionário.

Art. 2º Designar o servidor mencionado no art. 1º deste Decreto para exercer a Função de Confiança V, símbolo FC-5, da Procuradoria Geral do Município, com a atribuição de prestar assessoramento junto à Chefia da Advocacia Setorial do PROCON, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000586-0

SEI Nº 5964005v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 623, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Goiânia; e tendo em vista o disposto no art. 53 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e o contido no Processo Sei nº 25.1.000000635-1, resolve:

Art. 1º Ceder a servidora ROSIMEIRE SOARES VILELA, matrícula nº 591475-01, CPF nº ***.693.511-**, lotada na Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, ao Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia, com todos os direitos e vantagens de seu cargo, durante o exercício de 2025, com ônus para o cessionário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000635-1

SEI Nº 5964114v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 624, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 115, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 335, de 1º de janeiro de 2021, com alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 382, de 30 de dezembro de 2024, resolve:

NOMEAR

JOSÉ CARLOS MARFIM, CPF nº ***.846.048-**, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial Técnico II, símbolo AET-2, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir de 1º de fevereiro de 2025, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao cumprimento do disposto no art. 20-A, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, regulamentada pelo Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.1.000000682-3

SEI Nº 5964138v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 02/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 22.4.000001913-8, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Não conhecer o pedido de reconsideração apresentado por RODRIGO ANTUNES DO VALE, matrícula nº 1099973-01, CPF nº ***.040.223-**, em razão de sua intempestividade, conforme apontado pela Procuradoria-Geral do Município mediante Parecer Jurídico nº 500/2022-PGM/PEAA (SEI nº 0257925).
- 2 Manter a penalidade de demissão aplicada, em observância aos princípios da legalidade, vinculação e segurança jurídica, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 011, de 1992, e fundamentado no parecer mencionado.
- 3 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município para adoção das providências cabíveis, incluindo a intimação formal da parte interessada acerca desta decisão.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 22.4.000001913-8

SEI Nº 5964234v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 03/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000002246-3, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 331/2024 (SEI nº 5529623), para destituir, a partir da data de publicação, o servidor DORVALINO ALVES DE BRITO, matrícula nº 1365690-01, CPF nº ***.586.048-**, do cargo em comissão, de Gerente de Equipamentos e Transportes, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, por ter incorrido na prática das infrações disciplinares, nos termos do inciso XVII e XV do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Incompatibilizar o servidor, por prazo mínimo de 5 (cinco) anos, para nova investidura em cargo público do Município de Goiânia, nos moldes dos art. 160 e 162, da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com o intuito de efetivar a intimação da parte interessada para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 4 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.7.000002246-3

SEI Nº 5964354v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 04/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000003659-2, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 318/2024 (SEI nº 5441808), para demitir, a partir de 24 de novembro de 2021, o servidor VINÍCIUS MASTRELA PERDIGÃO, matrícula nº 1329073-01, CPF nº ***.330.521-**, investido no cargo de Auxiliar de Atividades Educativas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII e XVIII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Casa Civil do Gabinete do Prefeito para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000003659-2

SEI Nº 5964390v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 05/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000002093-9, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 310/2024 - CESPAD (SEI nº 5395779), para demitir, a partir de 1º de setembro de 2021, o servidor JOHNATHAN SOUZA ROSA MARQUES, matrícula nº 1388541-01, CPF nº ***.432.771-**, investido no cargo de Agente de Apoio Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000002093-9

SEI Nº 5964425v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 06/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000002672-4, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 248/2024 (SEI nº 5168518), para demitir, a partir de 29 de abril de 2020, a servidora ANNA MARIA DE PODESTÀ, matrícula nº 724920-02, CPF nº ***.994.707-**, investida no cargo de Assistente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000002672-4

SEI Nº 5964483v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 07/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000003034-2, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 288/2024 (SEI nº 5301356), para demitir, a partir de 1º de março de 2020, JOSÉ LUIZ ANCELMO NETO, matrícula nº 951129-01, CPF nº ***.641.421-**, investido no cargo de Assistente Administrativo Educacional, com locação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de inassiduidade habitual, nos termos do inciso XVIII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.7.000003034-2

SEI Nº 5964505v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 08/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000002230-7, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 289/2024 (SEI nº 5318442), para demitir, a partir da data da publicação, a servidora MARCIA MARIA DA COSTA LIMA, nº 1090402-01, CPF nº ***.161.031-**, investida no cargo de Especialista em Saúde, função Biomédico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a subsunção de sua conduta ao previsto no inciso V do art. 156 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação da interessada, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.7.000002230-7

SEI Nº 5964580v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 09/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000003111-0, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 235/2024 (SEI nº 5059765), para demitir, a partir de 24 de janeiro de 2020, o servidor ANDRÉ LUIZ RAMOS DOS SANTOS, matrícula nº 1397400-01, CPF nº ***.178.331-**, investido no cargo de Agente de Apoio Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de inassiduidade habitual, nos termos do inciso XVIII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.7.000003111-0

SEI Nº 5964616v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 10/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000002765-8, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 291/2024 (SEI nº 5333039), para demitir, a partir de 20 de setembro de 2021, o servidor WANDER LUIS MARUK, matrícula nº 1396510-01, CPF nº ***.045.621-**, investido no cargo de Agente de Apoio Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000002765-8

SEI Nº 5964639v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 11/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000002783-6, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 345/2024 (SEI nº 5625406), para demitir, a partir de 21 de dezembro de 2021, a servidora ANA CARLA MARTINS GARCIA MATOSO, matrícula nº 1377310-01, CPF nº ***.587.391-**, investido no cargo de Agente de Apoio Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000002783-6

SEI Nº 5964660v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 12/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000002670-8, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 338/2024 (SEI nº 5605728), para demitir, a partir de 26 de abril de 2021, a servidora JANNYNE OLIVEIRA VIEIRA, matrícula nº 615153-01, CPF nº ***.405.521-**, investida no cargo de Assistente Administrativo Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000002670-8

SEI Nº 5964708v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 13/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.16.000007559-6, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 002/2024 (SEI nº 3340267), para demitir, a partir de 01 de maio de 2023, o servidor JOÃO PAULO BORGES NETO, matrícula nº 922641-01, CPF nº ***.657.191-**, investido no cargo de Guarda Civil Metropolitano, com lotação na Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142, e com base no inciso I do art. 156, ambos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.16.000007559-6

SEI Nº 5964760v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 14/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000003678-9, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 365/2024 - CESPAD 01 (SEI nº 5708734), para demitir a partir de 09 de fevereiro de 2022, a servidora JÚLIA MOREIRA GUIMARÃES, matrícula nº 1356313-01, CPF nº ***.294.638-**, investida no cargo de Auxiliar de atividades Educativas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de inassiduidade habitual, nos termos do inciso XVIII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com o intuito de efetivar a intimação da interessada para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000003678-9

SEI Nº 5964804v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 15/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000002673-2, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 267/2024 (SEI nº 5234345), para demitir, a partir de 2 de setembro de 2021, a servidora KARINE SIMMONDS DE SOUSA, matrícula nº 1397370-01, CPF nº ***.781.191-**, investido no cargo de Agente de Apoio Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação da interessada, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Casa Civil do Gabinete do Prefeito para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000002673-2

SEI Nº 5964846v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 16/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000004225-1, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 373/2024 (SEI nº 5776125), para demitir, a partir da data de publicação, o servidor ANDRÉ LUIS DE CASTRO MOURA, matrícula nº 1396412-01, CPF nº ***.820.171-**, investido no cargo de Auxiliar de Atividades Educativas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de inassiduidade habitual, nos termos do inciso XVIII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.7.000004225-1

SEI Nº 5964871v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 17/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.16.000002077-5, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 001/2024 (SEI nº 3340401), para demitir, a partir da data da publicação, o servidor WILIAN DAVID ALVES E SILVA, matrícula nº 787051-01, CPF nº ***.568.571-**, investido no cargo de Guarda Civil Metropolitano, com lotação na Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, por ter incorrido na prática das infrações disciplinares nos termos do inciso XVI do art. 142, o que implica na configuração do previsto nos incisos I e III do art. 156, todos da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.16.000002077-5

SEI Nº 5964904v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 18/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000002755-0, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 276/2024 (SEI nº 5262219), para demitir, a partir de 5 de novembro de 2021, a servidora CÉLIA REGINA DOS SANTOS DE ALENCAR, matrícula nº 1285530-02, CPF nº ***.535.551-**, investida no cargo de Agente de Apoio Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação da interessada, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000002755-0

SEI Nº 5964941v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 19/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000000083-0, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 212/2024 (SEI nº 4897300), para demitir, a partir de 2 de março de 2022, a servidora LUCIELE MEDEIROS MOROZ, matrícula nº 1071645-02, CPF nº ***.144.470-**, investida no cargo de Profissional de Educação II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação da interessada, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000000083-0

SEI Nº 5964968v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 20/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000004201-4, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 368/2024 (SEI nº 5727413), para demitir, a partir da data da publicação, o servidor BRUNO DARES BARBOSA, matrícula nº 1332244-01, CPF nº ***.694.591-**, investido no cargo de Agente de Apoio Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de inassiduidade habitual, nos termos do inciso XVIII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.7.000004201-4

SEI Nº 5964989v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 21/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000003295-3, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 315/2024 (SEI nº 5432930), para demitir, a partir da data da publicação, o servidor HELIOMAR BRITO DE SOUZA, matrícula nº 941000-01, CPF nº ***.622.121-**, investido no cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a bem do serviço público, nos termos do inciso IX do art. 141, incisos XII e XV do art. 142, e com base nos incisos I e V do art. 156 e no parágrafo único do art. 158, da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000003295-3

SEI Nº 5965013v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 22/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000005040-8, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 132/2024 - CESPAD-03 (SEI nº 4275607), para demitir a servidora DIVA ELIZABETH MANSUR, matrícula nº 786519-01, CPF nº ***.504.211-**, investida no cargo de Assistente Administrativo Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista a subsunção de sua conduta ao previsto nos incisos III, IV e VI do art. 141 e nos incisos XII e XX do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992 que, versam, respectivamente, sobre: ter deixado de observar as normas legais e regulamentares; ter acatado ordens superiores que sabia ser ilegais; não ter levado ao conhecimento dos superiores hierárquicos as irregularidades que tinha conhecimento; por valer-se do cargo para lograr proveito próprio ou de terceiro, em detrimento da dignidade da função pública; e proceder de forma desidiosa.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com o intuito de efetivar a intimação da interessada, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil, para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.7.000005040-8

SEI Nº 5965041v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 23/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000000421-6, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 262/2024 (SEI nº 5221680), para demitir, a partir da data de publicação, a servidora ANA PAULA PEREIRA NUNES, matrícula nº 863696-01, CPF nº ***.298.681-**, investida no cargo de Agente de Apoio Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de inassiduidade habitual, nos termos do inciso XVIII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação da interessada, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000000421-6

SEI Nº 5965160v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 24/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000002762-3, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 290/2024 (SEI nº 5329785), para demitir, a partir de 3 de setembro de 2021, o servidor HUGO MIRANDA LINDOSO, matrícula nº 1375822-01, CPF nº ***.571.431**, investido no cargo de Assistente Administrativo Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000002762-3

SEI Nº 5965170v1



Prefeitura de Goiânia

Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 25/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 23.7.000003113-6, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 270/2024 (SEI nº 5242895), para demitir, a partir de 22 de março de 2021, o servidor PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 1372785-01, CPF nº ***.692.801-**, investido no cargo de Agente de Apoio Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos dos incisos XVII e XVIII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Controladoria-Geral do Município, com intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Casa Civil do Gabinete do Prefeito para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 23.7.000003113-6

SEI Nº 5965212v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 26/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000002593-0, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 230/2024 (SEI nº 5026635), para demitir, a partir de 8 de janeiro de 2024, a servidora ARYANE FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 1388088-01, CPF nº ***.220.541-**, ocupante do cargo de Agente de Apoio Educacional, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Diante disso, encaminhe-se o caderno administrativo à **Controladoria Geral do Município** para efetivar a intimação da parte interessada sobre esta decisão, oportunizando sua manifestação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Decorrido o prazo, retornem os autos para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000002593-0

SEI Nº 5965225v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 27/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000000473-9; e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 130/2024 (SEI nº 4268505) para demitir, a partir de 19 de fevereiro de 2024, o servidor WALDIVINO LUIS DA SILVA JUNIOR, matrícula nº 1351230-01, CPF nº ***.480.631-**, investido no cargo de Auxiliar de Atividades Educativas, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à **Controladoria-Geral do Município**, com o intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil, para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000000473-9

SEI Nº 5965249v1



Prefeitura de Goiânia
Gabinete do Prefeito

DESPACHO Nº 28/2025

À vista do contido no Processo Administrativo Disciplinar nº 24.7.000000583-2, e nos termos da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, resolvo:

- 1 Acatar o Relatório nº 137/2024 - CESPAD (SEI nº 5492139), para demitir, a partir de 3 de março de 2023, o servidor IZAÍAS MOREIRA DA SILVA, matrícula nº 953768-01, CPF nº ***.049.701 -**, e MARÇAL QUEIROS QUINTINO ROSA, matrícula nº 794101-01, CPF nº ***.588.501-**, ambos investidos no cargo de Guarda Civil Metropolitano, com lotação na Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil, por ter incorrido na prática de abandono de cargo público, nos termos do inciso XVII do art. 142 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 2 Determinar o encaminhamento do caderno administrativo à Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, com o intuito de efetivar a intimação do interessado, para que, querendo, interponha pedido de reconsideração ou recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação ou da ciência da decisão, conforme dispõe o art. 133 da Lei Complementar nº 011, de 1992.
- 3 Após o decurso do prazo previsto no item 2, retornem-se os autos à Secretaria Municipal da Casa Civil para providências subsequentes.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

SANDRO MABEL
Prefeito de Goiânia

Avenida do Cerrado, 999 -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000000583-2

SEI Nº 5965313v1

**PREFEITURA
DE GOIÂNIA****Secretaria Municipal de Finanças**
Diretoria de Cobrança de Recebimento da Dívida

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PROTESTO DOS TÍTULOS DE EXECUÇÃO FISCAL CDA - CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA DA PREFEITURA DE GOIÂNIA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 5.040/1975, ART. 189 A 202, DA LEI FEDERAL Nº 6.830/1980 E LEI FEDERAL 9.492/1997.

Encontram-se no 2o. Tabelionato de Protestos de Goiânia para serem protestados títulos/documentos de dívida em desfavor de: EDUARDO CLARIMUNDO TOBIAS - CPF: 576.128.701-34; ESPOLIO DE SEBASTIANA DA SILVA GOMES - CPF: 088.134.261-00; ESPOLIO DE SEBASTIANA DA SILVA GOMES - CPF: 088.134.261-00; FLAVIO MENDES DE SOUZA - CPF: 825.514.211-87; JOSE MARQUES PEREIRA - CPF: 436.225.503-68; JV PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 41.449.403/0001-08; KAMYLIA MARIA BORGES SANTANA - CPF: 033.938.161-28; ORLANDO DE ALMEIDA SOUZA - CPF: 048.981.575-80; PLANE CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA - CNPJ: 00.698.167/0001-78; PLANE CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA - CNPJ: 00.698.167/0001-78; PLANE CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA - CNPJ: 00.698.167/0001-78; PLANE CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA - CNPJ: 00.698.167/0001-78; PLANE CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA - CNPJ: 00.698.167/0001-78; PLANE CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA - CNPJ: 00.698.167/0001-78; PLANE CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA - CNPJ: 00.698.167/0001-78; WILKER KELLYTON BATISTA MACHADO DE SOUZA E OU - CPF: 702.906.961-78. Certifico, que não tendo sido possível intimar os devedores no endereço indicado pelo apresentante, intimo-os, na forma do art. 15 da lei 9.492/97, através do presente edital publicado no jornal DIÁRIO OFICIAL DO MUNICIPIO e afixado neste Tabelionato, para virem pagar os títulos dentro de 03 (três) dias úteis, contados desta publicação, ficando desde já intimados dos respectivos protestos. Goiânia, 23 de janeiro de 2025. MARCONI DE FARIA CASTRO Tabelião do 2º Tabelionato de Protestos de Goiânia, sito a Rua 06, 225 1o. Andar Centro. Fone (62) 3212-1500***** www.2prtd.com.br

MARCONI DE FARIA CASTRO
TABELIÃO

www.goiania.go.gov.br



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Administração
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 84, 20 DE JANEIRO DE 2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais previstas nos artigos 40 e 64, da Lei Complementar nº335, de 01 de janeiro de 2021, e no artigo 6º do Decreto nº131, de 12 de janeiro de 2021,

Considerando que o instituto da delegação decorre do poder hierárquico, conferido à Administração para cumprir suas finalidades;

Considerando o princípio constitucional da eficiência previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal, a fim de alcançar a efetividade das ações governamentais e serviços públicos prestados;

RESOLVE

Art. 1º Atribuir à servidora Kalene Guimarães da Silva, matrícula nº. 1451707-02, a competência para promover, orientar e supervisionar as atividades de gestão e consignação em folha, delegando à mesma a função de Coordenação do Consignado prevista no art. 13, § 1º e no art. 43, VII do Decreto Municipal nº. 131, de 12 de janeiro de 2021.

Art. 2º A atribuição ora definida poderá ser revogada a qualquer tempo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

CELSO DELLALIBERA
Secretário Municipal de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Celso Dellalibera, Secretário Municipal de Administração**, em 22/01/2025, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5938502** e o código CRC **B22C1C4C**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco B -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 13/2025-GAB/CGM

Designa a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-01

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando que o Processo Administrativo Disciplinar será conduzido por Comissão Permanente ou Especial, designados pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/1992;

Considerando a autuação do Processo Administrativo Disciplinar n.º 25.7.000000185-0, em atenção aos [Vistos em Inspeção SIND n.º 4/2025](#), emitido pela Corregedoria-Geral do Município, no Processo de Sindicância n.º 23.29.000026132-0;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-01, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para apurar as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do **Processo Administrativo Disciplinar n.º 25.7.000000185-0**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º A Comissão, em conformidade com a Portaria n.º 126/2022 - GAB/CGM, de 20 de maio de 2022, será composta pelos seguintes membros:

Janaíne Borges da Silva:	Matrícula n.º 634492-01	Presidente
Fernanda Xavier de Almeida Barros:	Matrícula n.º 594407-01	Vogal
Sandra Rafaela Coimbra Martins:	Matrícula n.º 1010557-01	Secretária

Art. 3º A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração, conforme art. 170, da Lei Complementar n.º 011/92, bem como assegurado a ampla defesa e o contraditório.

Art. 4º A Comissão deverá elaborar e apresentar relatório minucioso e conclusivo, que resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar sua convicção.

Art. 5º O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado por escrito.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra**,
Controlador Geral do Município, em 22/01/2025, às 08:50, conforme
art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador
5919547 e o código CRC **2BFACED0**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.7.000000185-0

SEI Nº 5919547v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 14/2025-GAB/CGM

*Recondução da Comissão Especial de Processo
Administrativo Disciplinar – CESPAD 02*

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 36, inciso VII, art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando que o processo disciplinar será conduzido por comissão permanente ou especial, designadas pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/92;

Considerando a finalização do prazo da Portaria n.º 432/2024 -GAB/CGM, prorrogada pela Portaria n.º 521/2024-GAB/CGM;

Considerando o [Memorando n.º 19 /2025](#), emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar - 02 da Corregedoria-Geral do Município no processo SEI n.º 24.7.000005053-6;

RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 02 – CESPAD 02, em conformidade com a Lei Complementar nº 335, de 01 de Janeiro de 2021, para dar continuidade aos trabalhos de apuração de que trata o **Processo Administrativo Disciplinar n.º 24.7.000004433-1**, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º -A Comissão, em conformidade com a Portaria n.º 002/2021-GAB/CGM, de 27 de janeiro de 2021, será composta pelos seguintes membros::

Maylla Ferreira da Silva Vieira:	Mat. n.º 1312057-01	Presidente
Tatiane Barros Trindade:	Mat. n.º 1313959-01	Vogal
Adriana Maria da Silva:	Mat. n.º 1311859-01	Secretária

Art. 3º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração, conforme art. 170, da Lei Complementar n.º 011/92, bem como assegurado a ampla defesa e o contraditório.

Art. 4º - A Comissão deverá elaborar e apresentar relatório minucioso e conclusivo, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas, em que se baseou para formar sua convicção.

Art. 5º - O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado por escrito.

Art. 6º - Os trabalhos iniciados já realizados pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar-02 serão recepcionados para a conclusão da apuração.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra**, **Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 08:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5929825** e o código CRC **6655E3B5**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000005053-6

SEI Nº 5929825v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 15/2025 - GAB/CGM

Prorrogação de prazo

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando Portaria n.º 002/2021-GAB/CGM, de 27 de janeiro de 2021 que designa servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-002;

Considerando o Memorando n.º 06/2025 emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD-02 no processo SEI n.º 24.7.000002572-8, o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos administrativos a que se refere.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo da **Portaria n.º 470/2024-GAB/CGM**, referente ao **Processo SEI n.º 24.7.000001695-8**, por mais 60 (sessenta) dias, a **partir de 22/12/2024**, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 22/12/2024.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 08:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5931580** e o código CRC **C703BEB3**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 16/2025 - GAB/CGM

Substituição de membros da Comissão

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando o Decreto n.º 355/2023 de 16 de janeiro de 2025, que designa servidoras para compor a Comissão Permanente de Sindicância/CPSIND;

Considerando a Portaria nº 126/2022 - GAB/CGM de 11 de maio de 2022, que designa servidoras para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 01/CESPAD-01;

Considerando a necessidade de dar andamento aos processos de infrações disciplinares em desfavor de empregados e servidores públicos, para evitar a prescrição da ação disciplinar;

Considerando que as atividades desenvolvidas pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar - 01 possuem prazo de conclusão, não existindo possibilidade de suspensão temporária de prazo nos processos administrativos disciplinares por impossibilidade de atuação dos membros;

Considerando o Memorando n.º 4/2025 da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar - 01, emitido no Processo SEI n.º 25.7.000000132-9;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, efetiva e estável **Larissa Lemes da Costa**, matrícula n.º 676837-03 e **Divino Maurício e Silva**, matrícula n.º 465127-01 para substituir a servidora **Fernanda Xavier de Almeida Barros**, matrícula n.º 594407-01, na função de vogal da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - 01, no período de 22 de janeiro de 2025 a 05 de fevereiro de 2025, em razão de *Licença para Tratamento de Saúde*.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra**, Controlador Geral do Município, em 22/01/2025, às 08:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5934339** e o código CRC **9CC1ACF0**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 17/2025 - GAB/CGM

Prorrogação de prazo

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando o Decreto n.º 355, de 16 de janeiro de 2025;

Considerando as Portarias n.º 489/2024, 491/2024 e 504/2024 - GAB/CGM, para apurar possíveis irregularidades referente aos fatos que constam dos Processos Administrativos Disciplinares n.º 24.7.000004869-8, 24.7.000004883-3, 24.7.000005002-1, e ainda;

Considerando o Memorando n.º 03/2025 emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD no processo SEI n.º 25.7.000000187-6, o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos administrativos a que se refere.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo da **Portaria n.º 489/2024-GAB/CGM**, referente ao **Processo SEI n.º 24.7.000004869-8**, por mais 60 (sessenta) dias, **a partir de 04/01/2025**, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

Art. 2º Prorrogar o prazo da **Portaria n.º 491/2024-GAB/CGM**, referente ao **Processo SEI n.º 24.7.000004883-3**, por mais 60 (sessenta) dias, **a partir de 06/01/2025**, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

Art. 3º Prorrogar o prazo da **Portaria n.º 504/2024-GAB/CGM**, referente ao **Processo SEI n.º 24.7.000005002-1**, por mais 60 (sessenta) dias, **a partir de 13/01/2025**, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/01/2025.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra**, Controlador Geral do Município, em 22/01/2025, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5940256** e o código CRC **617FB79D**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 18/2025

*Recondução da Comissão Permanente de
Processo Administrativo Disciplinar - CPPAD*

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando o disposto nos arts. 165, 168 e 169 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, combinado com o art. 36, inciso VII, art. 37 e seguintes do Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando que o processo disciplinar será conduzido por comissão permanente ou especial, designadas pela autoridade competente, conforme art. 169 da Lei Complementar n.º 011/92;

Considerando a Portaria n.º 396/2024 - GAB/CGM, prorrogada pela Portaria n.º 499/2024 - GAB/CGM;

Considerando a finalização do prazo estabelecido nas Portarias supracitadas;

Considerando o Memorando n.º 04/2025, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar da Corregedoria-Geral do Município, no processo n.º 25.7.000000189-2;

RESOLVE:

Art. 1º - Reconduzir os trabalhos à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD, em conformidade com a Lei Complementar n.º 335, de 01 de janeiro de 2021, para dar continuidade a apuração de que trata o Processo Administrativo Disciplinar n.º 23.7.000004138-7, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A Comissão, em conformidade com o Decreto nº 355, de 16 de janeiro de 2025, será composta pelos seguintes membros:

Dímpina Leda Azevedo Barros Rocha	Matricula 589365-1	Presidente
Mylanio Macedo da Silva	Matricula 572624-1	Vogal
Antonio Bastos de Almeida	Matricula 6289-1	Secretário

Art. 3º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração, conforme art. 170, da Lei Complementar n.º 011/92, bem como assegurado a ampla defesa e o contraditório.

Art. 4º - A Comissão deverá elaborar e apresentar relatório minucioso e conclusivo, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas, em que se baseou para formar

sua convicção.

Art. 5º - O prazo para apuração dos fatos e conclusão dos trabalhos é de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado por escrito.

Art. 6º - Os trabalhos iniciados já realizados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar serão recepcionados para a conclusão da apuração.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/01/2025.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra

Controlador-Geral do Município

[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra**, **Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 08:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5940408** e o código CRC **13AD985C**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 25.7.000000189-2

SEI Nº 5940408v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 19/2025-GAB/CGM

Prorrogação de prazo

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando a Portaria n.º 126/2022-GAB/CGM, de 11 de maio de 2022, que designa servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 01/CESPAD-01;

Considerando a Portaria n.º 341/2024-GAB/CGM, de 26 de julho de 2024, que designa a supracitada CESPAD-01 para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar SEI n.º 24.7.000003431-0; e, ainda,

Considerando o Memorando n.º 009/2025 da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 01/CESPAD-01 (Processo SEI n.º 24.7.000004316-5), o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos administrativos a que se refere.

RESOLVE:

Art. 1º **Prorrogar** o prazo da **Portaria n.º 519/2024-GAB/CGM**, referente ao Processo Administrativo Disciplinar SEI n.º 24.7.000003431-0, por mais 60 (sessenta) dias, conforme disposto no artigo nº 172 da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992, a partir de **22/01/2025**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22/01/2025.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 09:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5944265** e o código CRC **B0727097**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 20/2025-GAB/CGM

Prorrogação de prazo

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando a Portaria n.º 126/2022-GAB/CGM, de 11 de maio de 2022, que designa servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 01/CESPAD-01;

Considerando a Portaria n.º 327/2024-GAB/CGM, de 25 de julho de 2024, que designa a supracitada CESPAD-01 para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar SEI n.º 23.7.000002840-2; e, ainda,

Considerando o Memorando n.º 007/2025 da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 01/CESPAD-01 (Processo SEI n.º 24.7.000004315-7), o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos administrativos a que se refere.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo da **Portaria n.º 513/2024-GAB/CGM**, referente ao Processo Administrativo Disciplinar SEI n.º 23.7.000002840-2, por mais 60 (sessenta) dias, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, a partir de **21/01/2025**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21/01/2025.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 09:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5944429** e o código CRC **4FCC6DFA**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 21/2025-GAB/CGM

Prorrogação de prazo

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando a Portaria n.º 126/2022-GAB/CGM, de 11 de maio de 2022, que designa servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 01/CESPAD-01;

Considerando a Portaria n.º 323/2024-GAB/CGM, de 25 de julho de 2024, que designa a supracitada CESPAD-01 para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar SEI n.º 23.7.000004223-5; e, ainda,

Considerando o Memorando n.º 008/2025 da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 01/CESPAD-01 (Processo SEI n.º 24.7.000004319-0), o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos administrativos a que se refere.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo da **Portaria n.º 516/2024-GAB/CGM**, referente ao **Processo Administrativo Disciplinar SEI n.º 23.7.000004223-5**, por mais 60 (sessenta) dias, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, a partir de **21/01/2025**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21/01/2025.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 09:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5944594** e o código CRC **2B26F717**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 22/2025 - GAB/CGM

Prorrogação de Prazo para conclusão do processo.

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando a Portaria – CGM nº 002/2021 de 27 de janeiro de 2021, que designa servidoras para comporem a Comissão Especial de Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica – CESPAP bem como Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD 02;

Considerando o Memorando n.º 20/2024 emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar – CESPAD 02 no processo SEI n.º 24.7.000002818-2, o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos administrativos a que se refere;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo da **Portaria n.º 520/2024-GAB/CGM**, referente ao **Processo SEI n.º 24.7.000001796-2**, por mais 60 (sessenta) dias, **a partir de 02/02/2025**, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 09:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5947702** e o código CRC **FD0564D4**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 23/2025 - GAB/CGM

Prorrogação de prazo

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando a Portaria n.º 002/2021-GAB/CGM, de 27 de janeiro de 2021, que designa servidores para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 02 – CESPAD-02;

Considerando a Portaria n.º 534/2024-GAB/CGM, que designa a supracitada comissão para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar n.º 24.7.000005201-6 e, ainda;

Considerando o Memorando n.º 21/2025, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 02 – CESPAD-02 no processo SEI n.º 25.7.000000214-7, o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos administrativos a que se refere.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo da **Portaria n.º 534/2024-GAB/CGM**, referente ao **Processo SEI n.º 24.7.000005201-6**, por mais 60 (sessenta) dias, **a partir de 03/02/2025**, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 09:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5948777** e o código CRC **286D20EE**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

PORTARIA Nº 24/2025 - GAB/CGM

Prorrogação de prazo

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, e;

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992 combinado com o Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021;

Considerando o Decreto n.º 355, de 16 de janeiro de 2025, que designa servidores para compor a Comissão Permanente de Sindicância - CPSIND;

Considerando a Portaria n.º 508/2024-GAB/CGM, que designa a supracitada comissão para apurar possíveis irregularidades referentes aos fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar n.º 24.7.000005054-4 e, ainda;

Considerando o Memorando n.º 02/2025, emitido pela Comissão Permanente de Sindicância - CPSIND no processo SEI n.º 25.7.000000217-1, o qual solicita prorrogação de prazo para conclusão do Processo de Sindicância que se encontra tramitando junto à referida Comissão, em razão do prazo legal que deve ser observado, bem como da necessidade de maiores apurações nos processos a que se refere.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo da **Portaria n.º 508/2024-GAB/CGM**, referente ao **Processo SEI n.º 24.7.000005054-4**, por mais 60 (sessenta) dias, **a partir de 18/01/2025**, conforme disposto no artigo n.º 172 da Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, **com efeitos retroativos a partir de 18/01/2025**.

Publique-se.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 09:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5949966** e o código CRC **251086F7**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 8/2025-GAB/CGM

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021 e regimentais conferidas pelo Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, combinado com o art. 27, §4º da Lei n.º 9.861, de 30 de junho de 2016 e Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, **INTIMA**, pelo presente edital, a servidora **ANNA GABRIELA PAIVA SILVA, MATRÍCULA Nº 1081780-01**, para tomar conhecimento do **Relatório n.º 166/2024 - CESPAD-01**, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo e Disciplinar – CESPAD-01, bem como o **Despacho n.º 109/2024** de 10 de dezembro de 2024, exarado pelo Gabinete do Prefeito, ambos no **Processo Administrativo Disciplinar sob o SEI n.º 24.7.000001418-1**.

Fica a servidora NOTIFICADA, quanto ao prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, para interposição de pedido de reconsideração ou recurso referente ao Despacho n.º 109/2024 emitido pelo Gabinete do Prefeito, constante no Processo Administrativo Disciplinar sob o n.º 24.7.000001418-1, conforme art. 133 da Lei Complementar n.º 011/292.

A servidora fica, ainda, cientificada que para o exercício do referido direito poderá ter vistas e cópia do respectivo processo, mediante solicitação a ser realizada no endereço sito a Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. E, Térreo, Park Lozandes, Controladoria-Geral do Município, em Goiânia – GO, telefone: 3524-3390/1019.

Ressalta-se que o processo terá sua continuidade independente da manifestação do interessado, conforme art. 27, § 1º, inciso V da Lei n.º 9.861/2016.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 20 dias do mês de janeiro de 2025.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 09:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5905268** e o código CRC **46022B10**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 10/2025-GAB/CGM

O **Controlador-Geral do Município**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, **INTIMA**, pelo presente edital, o servidor **Felipe Gonçalves Ferraz, matrícula n.º 1341960-01**, para comparecer perante a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 03 - CESPAD-03, sito à Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. E, Térreo, Park Lozandes, Goiânia – GO, **no dia 11/02/2025, às 09h30**, para prestar suas declarações no **Processo Administrativo Disciplinar SEI n.º 24.7.000004497-8**, por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, tendo em vista que após várias tentativas, o mesmo não foi encontrado nos endereços contidos no Sistema de Recursos Humanos da Prefeitura de Goiânia.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 15 dias do mês de janeiro de 2025.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 08:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5914707** e o código CRC **BC1D6C03**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 11/2025-GAB/CGM

O **Controlador-Geral do Município**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, **INTIMA**, pelo presente edital, **Gislayne Stefane da Silva, matrícula n.º 1376330-01**, para comparecer perante a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 01 - CESPAD-01, sito à Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. C, 2º Andar, Park Lozandes, Goiânia – GO, **no dia 03/02/2025 às 09h** para prestar suas declarações no processo administrativo disciplinar n.º 24.7.000003431-0.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 16 dias do mês de janeiro de 2005.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 08:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5916629** e o código CRC **CD975E17**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000005294-6

SEI Nº 5916629v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 12/2025 - GAB/CGM

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021 e regimentais conferidas pelo Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, combinado com o art. 27, §4º da Lei n.º 9.861, de 30 de junho de 2016 e Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, **INTIMA**, pelo presente edital, o servidor **MARCOS DOMINGOS DA CUNHA, MATRÍCULA N.º 562947-02**, para tomar conhecimento do [Relatório n.º 196/2024](#), emitido pela **Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 03 – CESPAD - 03**, bem como o [Despacho n.º 121/2024](#) de 10 de Dezembro de 2024, exarado pelo Gabinete do Prefeito, ambos no **Processo Administrativo Disciplinar sob o n.º 9.002.576-7/2022, convertido em SEI n.º 23.7.000003010-5**.

Fica o servidor NOTIFICADO, quanto ao prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, para interposição de pedido de reconsideração ou recurso referente ao Despacho n.º 121/2024 emitido pelo Gabinete do Prefeito, constante no Processo Administrativo Disciplinar sob o n.º 9.002.576-7/2022, convertido em SEI n.º 23.7.000003010-5, conforme art. 133 da Lei Complementar n.º 011/1992.

O servidor fica, ainda, cientificado que para o exercício do referido direito poderá ter vistas e cópia do respectivo processo, mediante solicitação a ser realizada no endereço sito a Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. E, Térreo, Park Lozandes, Controladoria-Geral do Município, em Goiânia – GO, telefone: 3524-3390/1019.

Ressalta-se que o processo terá sua continuidade independente da manifestação do interessado, conforme art. 27, § 1º, inciso V da Lei n.º 9.861/2016.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, na data da última assinatura eletrônica.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 08:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5922545** e o código CRC **69C5CF7F**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 13/2025-GAB/CGM

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, combinado com o art. 27, §4º da Lei n.º 9.861, de 30 de junho de 2016 e Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, **INTIMA**, pelo presente edital, a servidora **Silvia Rocha Maranhão Rego, matrícula n.º 1357654-01**, para tomar conhecimento do Relatório n.º 231/2024 - CESPAD-01, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo e Disciplinar - CESPAD-01, bem como o Despacho n.º 127/2024 de 13 de dezembro de 2024, exarado pelo Gabinete do Prefeito, ambos no **Processo Administrativo Disciplinar sob o SEI n.º 24.7.000002759-3**.

Fica a servidora NOTIFICADA, quanto ao prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, para interposição de pedido de reconsideração ou recurso referente ao Despacho n.º 127/2024 emitido pelo Gabinete do Prefeito, constante no Processo Administrativo Disciplinar sob o **SEI n.º 24.7.000002759-3**, conforme art. 133 da Lei Complementar n.º 011/292.

A servidora fica, ainda, cientificada que para o exercício do referido direito poderá ter vistas e cópia do respectivo processo, mediante solicitação a ser realizada no endereço sito a Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. E, Térreo, Park Lozandes, Controladoria-Geral do Município, em Goiânia – GO, telefone: 3524-3390/1019.

Ressalta-se que o processo terá sua continuidade independente da manifestação do interessado, conforme art. 27, § 1º, inciso V da Lei n.º 9.861/2016.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 20 dias do mês de janeiro de 2025.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 08:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5924593** e o código CRC **03AE7FD6**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 14/2025-GAB/CGM

O **Controlador-Geral do Município**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, **INTIMA**, pelo presente edital, a servidora **Adriana Paula Lacerda, matrícula n.º 1387367-01**, por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, para comparecer perante a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 03 - CESPAD-03, sito à Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. E, Térreo, Park Lozandes, Goiânia – GO, **no dia 12/02/2025, às 09h30**, para prestar suas declarações no processo administrativo disciplinar n.º **24.7.000004688-1**.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 20 dias do mês de janeiro de 2025.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 08:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5933753** e o código CRC **81A2B9DC**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.7.000004988-0

SEI Nº 5933753v1



Prefeitura de Goiânia
Controladoria Geral do Município
Gabinete do Controlador Geral

EDITAL DE INTIMAÇÃO N.º 15/2025

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021, alterada pela Lei Complementar n.º 382, de 30 de dezembro de 2024 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, combinado com o art. 27, §4º da Lei n.º 9.861, de 30 de junho de 2016 e Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, **INTIMA**, pelo presente edital, o servidor **Gustavo Olavo Silva Júnior, matrícula n.º 1395211-01**, para tomar conhecimento do [Relatório n.º 177/2024](#), emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar 03, bem como o [Despacho n.º 120/2024](#), de 13 de dezembro de 2024, exarado pelo Gabinete do Prefeito, no **Processo SEI n.º 23.7.000005041-6**.

Fica o servidor NOTIFICADO, quanto ao prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, para interposição de pedido de reconsideração ou recurso referente ao [Despacho n.º 120/2024](#), emitido pelo Gabinete do Prefeito, constante no **Processo SEI n.º 23.7.000005041-6**, conforme art. 133 da Lei Complementar n.º 011/292.

O servidor fica, ainda, **cientificado** que para o exercício do referido direito poderá ter vistas e cópia do respectivo processo, mediante solicitação a ser realizada no endereço sito a Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. E, Térreo, Park Lozandes, Controladoria-Geral do Município, em Goiânia – GO, telefone: 3524-3390/1019.

Ressalta-se que o processo terá sua continuidade independente da manifestação do interessado, conforme art. 27, § 1º, inciso V da Lei n.º 9.861/2016.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 21 dias do mês de janeiro de 2025.

Juliano Gomes Bezerra
Controlador-Geral do Município
[Decreto n.º 25/2025](#)



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Gomes Bezerra, Controlador Geral do Município**, em 22/01/2025, às 09:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5945000** e o código CRC **1C75FBF6**.

Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco E, Paço Municipal -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário

INTIMAÇÃO Nº 7/2025

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, em cumprimento ao disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, **INTIMA** a interessada no Processo Administrativo Municipal nº 23.28.000005174-4, **ASSOCIAÇÃO GOIANA DE INTEGRALIZAÇÃO E REABILITAÇÃO - AGIR**, para:

a) ciência e adoção da providência determinada pela Diligência nº 58 – PPI/PGM (5938672), sendo ela: apresentar a documentação exigida pela [LC municipal nº 078/1999](#) atualizada.

A interessada poderá entrar em contato com a Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário via telefone (62 3524-3037), e-mail (procuradoriappi@goiania.go.gov.br ou ppiprocuradoria@gmail.com), Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://sei.goiania.go.gov.br>) ou presencialmente (Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco F, 1º andar, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia-GO).

O não cumprimento do contido na presente intimação no prazo improrrogável de dez (10) dias, contados do primeiro dia útil da data de publicação do presente instrumento, implicará no arquivamento do feito, consoante determinação legal prevista no art. 41 da Lei nº 9.861/2016.

NARA HELISSA DE ABREU SILVA SANTOS
Procuradora Chefe do Patrimônio Imobiliário

WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Goiânia, 20 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Nara Helissa de Abreu Silva Santos, Procuradora Chefe do Patrimônio Imobiliário**, em 21/01/2025, às 10:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia, Procuradora Geral Adjunta**, em 21/01/2025, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5938813** e o código CRC **DD165F1F**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário

INTIMAÇÃO Nº 8/2025

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, em cumprimento ao disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, **INTIMA** a interessada no Processo Administrativo Municipal nº 24.28.000002159-0, **AMVE INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA**, para:

a) ciência e adoção da providência determinada pela Diligência nº 61 – PPI/PGM (5938958), sendo ela: apresentar a certidão de matrícula atualizada a fim de comprovar o registro da doação, conforme cláusula quinta da escritura pública de doação (5165125).

A interessada poderá entrar em contato com a Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário via telefone (62 3524-3037), e-mail (procuradoriappi@goiania.go.gov.br ou ppi@procuradoria@gmail.com), Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://sei.goiania.go.gov.br>) ou presencialmente (Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco F, 1º andar, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia-GO).

O não cumprimento do contido na presente intimação no prazo improrrogável de dez (10) dias, contados do primeiro dia útil da data de publicação do presente instrumento, implicará no prosseguimento do feito, consoante determinação legal prevista no art. 40 da Lei nº 9.861/2016.

NARA HELISSA DE ABREU SILVA SANTOS
Procuradora Chefe do Patrimônio Imobiliário

WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Goiânia, 20 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Nara Helissa de Abreu Silva Santos, Procuradora Chefe do Patrimônio Imobiliário**, em 21/01/2025, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia, Procuradora Geral Adjunta**, em 21/01/2025, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5939216** e o código CRC **7AC9067C**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário

INTIMAÇÃO Nº 9/2025

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, em cumprimento ao disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, **INTIMA** a interessada no Processo Administrativo Municipal nº 23.28.000006562-1, **ASSOCIAÇÃO REDE DE PROTEÇÃO ANIMAL – REDE**, para:

a) ciência e adoção da providência determinada pela Diligência nº 62 – PPI/PGM (5939322), sendo ela: apresentar a documentação exigida pela [Lei Complementar nº 78/1999](#).

A interessada poderá entrar em contato com a Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário via telefone (62 3524-3037), e-mail (procuradoriappi@goiania.go.gov.br ou ppi@procuradoria@gmail.com), Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://sei.goiania.go.gov.br>) ou presencialmente (Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco F, 1º andar, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia-GO).

O não cumprimento do contido na presente intimação no prazo improrrogável de dez (10) dias, contados do primeiro dia útil da data de publicação do presente instrumento, implicará no arquivamento do feito, consoante determinação legal prevista no art. 41 da Lei nº 9.861/2016.

NARA HELISSA DE ABREU SILVA SANTOS
Procuradora Chefe do Patrimônio Imobiliário

WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Goiânia, 20 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Nara Helissa de Abreu Silva Santos**, **Procuradora Chefe do Patrimônio Imobiliário**, em 21/01/2025, às 10:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia**, **Procuradora Geral Adjunta**, em 21/01/2025, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5939390** e o código CRC **6F3F15B6**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário

INTIMAÇÃO Nº 10/2025

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, em cumprimento ao disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, **INTIMA** a interessada no Processo Administrativo Municipal nº 24.6.000014630-7, **ARQUIDIOCESE DE GOIÂNIA**, para:

a) ciência e adoção da providência determinada pela Diligência 70 – PPI/PGM (5941620), sendo ela: apresentar a documentação exigida pela LC municipal nº 078/1999 atualizada.

A interessada poderá entrar em contato com a Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário via telefone (62 3524-3037), e-mail (procuradoriappi@goiania.go.gov.br ou ppi@procuradoria@gmail.com), Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://sei.goiania.go.gov.br>) ou presencialmente (Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco F, 1º andar, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia-GO).

O não cumprimento do contido na presente intimação no prazo improrrogável de dez (10) dias, contados do primeiro dia útil da data de publicação do presente instrumento, implicará no arquivamento do feito, consoante determinação legal prevista no art. 41 da Lei nº 9.861/2016.

NARA HELISSA DE ABREU SILVA SANTOS
Procuradora Chefe do Patrimônio Imobiliário

WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Goiânia, 20 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Nara Helissa de Abreu Silva Santos, Procuradora Chefe do Patrimônio Imobiliário**, em 21/01/2025, às 10:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia, Procuradora Geral Adjunta**, em 21/01/2025, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5941649** e o código CRC **210660F4**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário

INTIMAÇÃO Nº 11/2025

A **PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**, em cumprimento ao disposto no art. 27 da Lei Municipal nº 9.861, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal, **INTIMA** os interessados no Processo Administrativo Municipal nº 23.28.000006324-6, **MARIA JOSÉ FOGAÇA DE LIMA, NATHALY PEREIRA FOGAÇA e YURI FOGAÇA PEREIRA**, para:

a) ciência e adoção da providência determinada pela Diligência 60 – PPI/PGM (5938936), sendo ela: ratificar o Termo de Aceite (4568599) por todos os demais titulares do domínio do imóvel ou apresentar Procuração ao subscritor do retro mencionado Termo indicando poderes para tanto.

Os interessados poderão entrar em contato com a Procuradoria Especializada do Patrimônio Imobiliário via telefone (62 3524-3037), e-mail (procuradoriappi@goiania.go.gov.br ou ppi@procuradoria@gmail.com), Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://sei.goiania.go.gov.br>) ou presencialmente (Avenida do Cerrado, nº 999, Bloco F, 1º andar, Park Lozandes, Paço Municipal, Goiânia-GO).

O não cumprimento do contido na presente intimação no prazo improrrogável de dez (10) dias, contados do primeiro dia útil da data de publicação do presente instrumento, implicará no arquivamento do feito, consoante determinação legal prevista no art. 41 da Lei nº 9.861/2016.

NARA HELISSA DE ABREU SILVA SANTOS
Procuradora Chefe do Patrimônio Imobiliário

WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA
Procurador-Geral do Município

Goiânia, 21 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Nara Helissa de Abreu Silva Santos, Procuradora Chefe do Patrimônio Imobiliário**, em 22/01/2025, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Natasha Palma Garcia, Procuradora Geral Adjunta**, em 22/01/2025, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5951206** e o código CRC **F9912AC6**.

Avenida do Cerrado, 999, APM-09, Bloco F, 1º andar -
Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal) - Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo Estratégico
Gerência de Geoprocessamento, Documentação, Cartografia e Topografia

CERTIDÃO Nº 24/2025

CERTIDÃO DE LIMITES E CONFRONTAÇÕES			
PARECER GERGDCT		SEI: 24.28.000005319-0	
Nº PROCESSO		92279506/2024	
INTERESSADO		CMO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE 023 LTDA	
INSCRIÇÃO IPTU		205.034.0233.000-5	
ENDEREÇO			
QUADRA	08	LOTE(S)	17
BAIRRO	BAIRRO ALTO DA GLÓRIA		
LOGRADOURO	RUA NATAL		
CERTIFICAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O IMÓVEL ACIMA IDENTIFICADO APRESENTA AS SEGUINTES DIMENSÕES LINEARES E CONFRONTANTES:			
LOTE Nº	17	ÁREA (m²)	390,00
TESTADA	CONFRONTANTES DO LOTE		DIMENSÃO (m)
FRENTE	RUA NATAL		13,00
FUNDO	LOTE 11		13,00
LADO DIREITO	LOTES 14 E 15 /16		30,00
LADO ESQUERDO	LOTE 18		30,00
OBSERVAÇÕES			
A PRESENTE CERTIDÃO FOI ELABORADA COM BASE NOS SEGUINTES DOCUMENTOS: <ul style="list-style-type: none">DADOS EXTRAÍDOS DA PLANTA URBANÍSTICA DO BAIRRO ALTO DA GLÓRIA, APROVADA POR MEIO DO DECRETO Nº 5, DE 07/01/1.953.ESTA CERTIDÃO ANULA A ANTERIOR EMITIDA EM 28/11/2024.			
MATRÍCULA DO IMÓVEL Nº	83.290	CARTÓRIO	4ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA
RESP. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	NC	TRT OBRA /SERVIÇO Nº	NC

Ressalta-se que esta CERTIDÃO não implica em reconhecimento por parte da Prefeitura de Goiânia do direito de propriedade do imóvel.

Goiânia, 07 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Dalton Vieira De Araújo, Assistente Administrativo**, em 14/01/2025, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Nunes de Souza Almeida, Secretária Municipal de Planejamento e Urbanismo Estratégico**, em 21/01/2025, às 18:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5868947** e o código CRC **21F33029**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco E, 1º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.28.000005319-0

SEI Nº 5868947v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo Estratégico
Gerência de Geoprocessamento, Documentação, Cartografia e Topografia

CERTIDÃO Nº 37/2025

CERTIDÃO DE LIMITES E CONFRONTAÇÕES					
PROCESSO SEI	24.5.000071478-2				
Nº PROCESSO	92308529				
INTERESSADO	ESPÓLIO DE JOÃO ALBINO DA SILVA				
INSCRIÇÃO IPTU	101 014 0020 0016				
ENDEREÇO					
QUADRA	78	LOTE(S)	03	BAIRRO	SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO
LOGRADOURO	AVENIDA FUED JOSÉ SEBBA COM A RUA 224				
CERTIFICAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O IMÓVEL ACIMA IDENTIFICADO APRESENTA AS SEGUINTE DIMENSÕES LINEARES E CONFRONTANTES:					
LOTE Nº	03			ÁREA (m²)	529,80²m²
TESTADA	CONFRONTANTES DO LOTE			DIMENSÃO (m)	
FRENTE	AVENIDA FUED JOSÉ SEBBA			20,69m	
FUNDO	LOTE 02			21,08m	
LADO DIREITO	LOTE 04			21,09m	
LADO ESQUERDO	RUA 224			20,69m	
CHANFRADO	AVENIDA FUED JOSÉ SEBBA COM A RUA 224			6,33m	
OBSERVAÇÕES					
<p>A PRESENTE CERTIDÃO FOI ELABORADA COM BASE NOS SEGUINTE DOCUMENTOS:</p> <p>DADOS EXTRAÍDOS DA PLANTA URBANÍSTICA DO SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO, APROVADA PELO DECRETO Nº 090-A, DE 30/07/1938;</p> <p>A LEI Nº 4.510 DE 26/11/1971, EM SEU ARTIGO 1º- DENOPMINA A ANTIGA AVENIDA "B", DE "AVENIDA FUED JOSÉ SEBBA".</p> <p>CERTIDÃO DE TRANSCRIÇÃO Nº 69.068, LIVRO 3-AT, FLS. 269, EM 13/12/1966.</p> <p>TRANSCRIÇÕES ANTERIORES NºS 660, 700 E 701, DA 3ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA;</p>					
TRANSCRIÇÃO DO IMÓVEL Nº	69.068	CARTÓRIO	3ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA		
TRANSCRIÇÕES ANTERIORES Nº	660, 700 E 701				
Ressalta-se que esta CERTIDÃO não implica em reconhecimento por parte da Prefeitura de Goiânia do direito de propriedade do imóvel.					

Goiânia, 09 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Dias Miranda Filho, Auxiliar de Serviços e Obras Públicas**, em 09/01/2025, às 15:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Dalton Vieira De Araújo, Assistente Administrativo**, em 14/01/2025, às 15:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Nunes de Souza Almeida, Secretária Municipal de Planejamento e Urbanismo Estratégico**, em 21/01/2025, às 18:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5883385** e o código CRC **8D8BFD9A**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco E, 1º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.5.000071478-2

SEI Nº 5883385v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo Estratégico
Gerência de Geoprocessamento, Documentação, Cartografia e Topografia

CERTIDÃO Nº 94/2025

CERTIDÃO DE LIMITES E CONFRONTAÇÕES					
PROCESSO SEI		SEI: 24.5.000071053-1			
Nº PROCESSO		92307641/2024			
INTERESSADO		MARINO RIBEIRO DOS SANTOS			
INSCRIÇÃO IPTU		412.101.0352.000-3			
ENDEREÇO					
QUADRA	F	LOTE(S)	26	BAIRRO	VILA VERA CRUZ
LOGRADOURO	RUA BRASIL				
CERTIFICAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O IMÓVEL ACIMA IDENTIFICADO APRESENTA AS SEGUINTES DIMENSÕES LINEARES E CONFRONTANTES:					
LOTE Nº	26			ÁREA (m²)	378,50
TESTADA	CONFRONTANTES DO LOTE			DIMENSÃO (m)	
FRENTE	RUA BRASIL			12,00	
FUNDO	LOTE 10			12,015	
LADO DIREITO	LOTE 25			31,17	
LADO ESQUERDO	LOTE 27			31,89	
OBSERVAÇÕES					
A PRESENTE CERTIDÃO FOI ELABORADA COM BASE NOS SEGUINTES DOCUMENTOS: <ul style="list-style-type: none">DADOS EXTRAÍDOS DA PLANTA URBANÍSTICA DA VILA VERA CRUZ;APROVADA POR MEIO DO DECRETO Nº 38, DE 03/09/1.954;CERTIDÃO DE MATRICULA Nº11.983 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO;					
MATRÍCULA DO IMÓVEL Nº	11.983	CARTÓRIO	2ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA		
Ressalta-se que esta CERTIDÃO não implica em reconhecimento por parte da Prefeitura de Goiânia do direito de propriedade do imóvel.					

Goiânia, 16 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Dalton Vieira De Araújo, Assistente Administrativo**, em 16/01/2025, às 11:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Nunes de Souza Almeida, Secretária Municipal de Planejamento e Urbanismo Estratégico**, em 21/01/2025, às 18:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5917777** e o código CRC **242FD25F**.

Avenida do Cerrado, nº 999, APM-09, Bloco E, 1º andar -
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.5.000071053-1

SEI Nº 5917777v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 6, 16 DE JANEIRO DE 2025

Designa servidores para compor e desempenhar as funções de Presidente e de Secretário do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Aprendiz, desta Secretaria, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Decreto nº 011, de 1º de janeiro de 2025, e no art. 7º, I e III, do Anexo Único do Decreto nº 182, de 14 de janeiro de 2021, e na Instrução Normativa nº 001/2021 e sua atualização, Instrução Normativa nº 01, de 16 de agosto de 2023, ambas da Secretaria Municipal de Administração, e,

Considerando que foi exarada a Portaria nº 197, de 29 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial do Município nº 8283, de 3 de maio de 2024, que Constitui Comissões Permanentes de Desfazimento – CPD, da Coordenadoria Regional de Educação Maria Thomé Neto e Unidades Educacionais sob sua jurisdição, e dá outras providências;

Considerando o Ofício nº 25/2024, de lavra do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Aprendiz, que solicita a substituição da servidora EDNANDA MARQUES, na função de Presidente da CPD do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Aprendiz, e da servidora ÉLIDA REGINA DOS SANTOS FERNANDES, na função de Secretária da mesma CPD, conforme processo SEI nº 24.24.000048230-0, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 197, de 29 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial do Município nº 8283, de 3 de maio de 2024, substituindo:

I - a servidora Ednanda Marques, matrícula funcional nº 1069306-1, por Andréa dos Santos Carvalho Reis, matrícula funcional nº 977683-1.

II - a servidora Élida Regina dos Santos Fernandes, matrícula funcional nº 738840-5, por Cristina Garcia de Assis, matrícula funcional nº 379549-4.

Art. 2º Mantêm-se os demais termos da supramencionada Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Prof.^a GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria**, **Secretária Municipal de Educação**, em 21/01/2025, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5917432** e o código CRC **2CEFD30**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO

Referência: Processo Nº 24.24.000048230-0

SEI Nº 5917432v1



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário

PORTARIA Nº 7, 20 DE JANEIRO DE 2025

Convoca servidor para o trabalho e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Decreto nº 011, de 1º de janeiro de 2025, no art. 7º, III, do Anexo Único do Decreto nº 182, de 14 de janeiro de 2021, e no art. 64, da Lei nº 335, de 1º de janeiro de 2021, e

Considerando a necessidade de convocação para o trabalho, com fundamento no interesse público, do servidor CÂNDIDO ARAÚJO MOURA, Motorista, Matrícula Funcional nº 90425201, cujas férias regulamentares estavam agendadas para o período de 2/1/2025 até 16/1/2025, resolve:

Art. 1º Convocar para o trabalho o servidor CÂNDIDO ARAÚJO MOURA, Motorista, Matrícula Funcional nº 90425201, cujas férias regulamentares estavam agendadas para o período de 02/01/2025 até 16/01/2025.

Art. 2º O período de férias regulamentares previsto no art. 1º desta Portaria serão remarcadas para um momento posterior a ser definido pela Chefia Imediata do referido servidor.

Art. 3º - Encaminhem-se cópia deste ato à Gerência de Apoio Administrativo desta Pasta para conhecimento e demais providências.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 2/1/2025, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Prof.ª GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 21/01/2025, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5938044** e o código CRC **37502CFA**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gabinete do Secretário

DESPACHO Nº 1128/2025

Processo nº 24.24.000043481-0

Nome: Antech Solução e Gestão Ltda./ Cmei Residencial Kátia

Assunto: 1º Termo Aditivo - Contrato Nº 090/2023

Acatando o Despacho nº 144/2025 (5956533), da Gerência de Acompanhamento e Manutenção da Rede Física/Diretoria de Administração Educacional desta Pasta, e, conforme Parecer Jurídico nº 1094/2024/CHEADV (5607398), resolvo AUTORIZAR a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 090/2023, prorrogando o prazo de vigência contratual por mais 480 dias (quatrocentos e oitenta) dias, a partir de 25/01/2025, cujo objeto é a conclusão da construção do Cmei Residencial Kátia.

Publique-se.

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

Prof.ª GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação

Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria**, **Secretária Municipal de Educação**, em 22/01/2025, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5959737** e o código CRC **2E5A72EA**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202300377**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202300377**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **09/08/2023** a **05/02/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 25.496,61 (Vinte e cinco mil quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta e um centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **DALVILENE SOARES MUNIZ**,

CPF *****.384.393-****.

PROCESSO SEI N **23.24.000013095-5**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 29/11/2024, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Catenassi Santos Nóbrega, Gerente de Administração, Lotação e Controle de Pessoal**, em 29/11/2024, às 11:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Clarislene Paula Domingos, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 29/11/2024, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danilo de Azevedo Costa, Secretário Municipal de Educação**, em 27/12/2024, às 17:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5669005** e o código CRC **72B414CB**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Secretaria Municipal de Educação
Gerência de Administração, Lotação e Controle de Pessoal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CARGA HORÁRIA DO CONTRATO DE
TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº **202300486**

OBJETO: O acréscimo de carga horária de **30** horas ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº **202300486**, para prestação de serviços

à Secretaria Municipal de Educação - SME.

VIGÊNCIA CONTRATUAL: **23/02/2023 a 05/02/2024**

VALOR CONTRATUAL: **R\$ 47.223,11 (Quarenta e sete mil duzentos e vinte e tres reais e quarenta e onze centavos).**

CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO II

CONTRATANTES: MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e **FRANCISMAR COSTA RODRIGUES FERRACIOLI**,

CPF *****.749.401****.

PROCESSO SEI N **23.24.000013116-1**

Goiânia, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Albernaz Oliveira dos Santos, Profissional de Educação II**, em 03/12/2024, às 08:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Catenassi Santos Nóbrega, Gerente de Administração, Lotação e Controle de Pessoal**, em 03/12/2024, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Clarislene Paula Domingos, Superintendente de Gestão da Rede e Inovação Educacional**, em 03/12/2024, às 16:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Danilo de Azevedo Costa, Secretário Municipal de Educação**, em 27/12/2024, às 17:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5678358** e o código CRC **6FE9F389**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D -
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2025 - CAE - 5958952/2025

ÀS ENTIDADES ORGANIZADAS DA SOCIEDADE CIVIL PARA PARTICIPAÇÃO DE SEUS REPRESENTANTES NA ASSEMBLEIA GERAL
DE ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS AO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DE GOIÂNIA
MANDATO 2025 A 2029.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto nº 011, de 01 de janeiro de 2025, na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e na Lei nº 9.741, de 15 de janeiro de 2016, que institui e dispõe sobre o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do Município de Goiânia, no uso de suas atribuições quanto à reconstituição da composição dos/as Conselheiros/as do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE resolve, CONVOCAR os representantes das Entidades Organizadas da Sociedade Civil para participar da ASSEMBLEIA GERAL (virtual/remota), com pauta específica de indicação/eleição de Conselheiros/as ao CAE de Goiânia, sendo eleitos/as nesse segmento: 02 (dois) Conselheiros/as Titulares e 02 (dois) Suplentes, à composição do mandato do CAE, durante o quadriênio 2025-2029. A Assembleia Geral de eleição de Conselheiros/as desse segmento será realizada no dia 26 (vinte e seis) de fevereiro de 2025 (quarta-feira), às 16 horas, em primeira chamada, de forma virtual, sendo transmitida do auditório da Casa dos Conselhos da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, situada na Rua B, Qd. E, Lt.13, nº 56, Setor Vila Viana, Goiânia, Goiás e por meio do link do aplicativo ZOOM, a ser disponibilizado e informado posteriormente. Havendo interesse em participar da Assembleia Geral e das eleições, as Entidades Organizadas da Sociedade Civil de Goiânia, comprovadamente por meio de seu CNPJ, deverão enviar ofício indicando até dois (02) representantes por Entidade, ao e-mail do CAE: caegyn@gmail.com, endereçado à Presidência da Comissão Eleitoral constituída pela Portaria SME nº 05, de 16 de janeiro de 2025, para homologação das respectivas representações, assegurando direito a voto e a serem votados, até o dia anterior da realização da própria Assembleia. A Comissão Eleitoral coordenará a Assembleia Geral do segmento. A primeira chamada de frequência dos inscritos/credenciados previamente ocorrerá às 16 horas e 15 minutos, para aferição de quórum e confirmação das participações. Havendo necessidade de uma segunda e última chamada, ocorrerá às 16 horas e 30 minutos, para instalação definitiva da Assembleia Geral de eleição e será validada com as quantidades de representantes das entidades que se fizerem participantes. Os representantes deverão identificar-se com documento original com foto e cópia do ofício de designação da representação. Os representantes das entidades que forem eleitos conselheiros deverão apresentar, **impreterivelmente**, até o dia 06 (seis) de março de 2025, as certidões e os documentos previstos no Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016, para efeito de nomeação por Decreto Municipal e posse junto ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar, localizado na Casa dos Conselhos. Para conhecimento público, publique-se o presente Edital de Convocação no Diário Oficial do Município, site da Secretaria Municipal de Educação (<https://www.sme.goiania.go.gov.br/site/>) e em jornal de grande circulação de Goiânia.

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

Feliciano Rodrigues Alves
Presidente da Comissão Eleitoral

Portaria SME nº 05, de 16 de janeiro de 2025

Prof.ª GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA
Secretária Municipal de Educação

Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Feliciano Rodrigues Alves, Profissional de Educação II**, em 22/01/2025, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 22/01/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5958952** e o código CRC **E4254747**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO

**Prefeitura de Goiânia**

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2025 - CAE - 5959420/2025

AOS PAIS/MÃES E/OU RESPONSÁVEIS LEGAIS DE EDUCANDOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA, REPRESENTANDO AS UNIDADES EDUCACIONAIS NA ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS/AS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DE GOIÂNIA
MANDATO 2025 A 2029.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Decreto nº 011, de 01 de janeiro de 2025, na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e na Lei nº 9.741, de 15 de janeiro de 2016, que institui e dispõe sobre o Conselho de Alimentação Escolar do Município de Goiânia, no uso de suas atribuições quanto à reconstituição da composição dos/as Conselheiros/as do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), resolve, CONVOCAR Pais, Mães e ou Representantes Legais de Educandos, representando as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação de Goiânia, para participar da ASSEMBLEIA GERAL (virtual/remota), com pauta específica de indicação/eleição de Conselheiros/as ao CAE de Goiânia, sendo eleitos/as nesse segmento: 02 (dois) Conselheiros/as Titulares e 02 (dois) Suplentes, para composição do mandato do CAE, durante o quadriênio 2025-2029. A Assembleia Geral de eleição de Conselheiros/as desse segmento será realizada no dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2025 (quinta-feira), às 18 horas e 30 minutos, em primeira chamada, de forma virtual, sendo transmitida do auditório da Casa dos Conselhos da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos, situado na Rua B, Qd. E, Lt.13, nº 56, Setor Vila Viana, Goiânia, Goiás e por meio do link do aplicativo ZOOM, a ser disponibilizado e informado posteriormente. Havendo interesse em participar da Assembleia Geral e das eleições, as direções das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação de Goiânia e ou seus respectivos Conselhos Escolares e Gestores, deverão enviar o ofício indicando até dois (02) representantes (Pais/Mães e ou Responsáveis Legais) por Unidade Educacional, ao e-mail do CAE: caegyn@gmail.com, endereçado à Presidência da Comissão Eleitoral constituída pela Portaria SME nº 05, de 16 de janeiro de 2025, para homologação das respectivas representações, assegurando direito a voto e a serem votados, até o dia anterior da realização da própria Assembleia. A Comissão eleitoral coordenará a Assembleia Geral do Segmento em seu processo Eleitoral. A primeira chamada de frequência, dos inscritos/credenciados previamente, ocorrerá às 18 horas e 30 minutos, para aferição de quórum e confirmação das participações. Havendo necessidade de uma segunda e última chamada, ocorrerá às 18 horas e 45 minutos, para instalação definitiva da Assembleia Geral de eleição e será validada com as quantidades de representantes das Unidades Educacionais que se fizerem participantes. Os representantes deverão identificar-se com documento original com foto e cópia do ofício de designação da representação. Os representantes das Unidades Educacionais que forem eleitos/as conselheiros/as deverão apresentar, **impreterivelmente**, até o dia 06 (seis) de março de 2025, as certidões e os documentos previstos no Decreto nº 264, de 27 de janeiro de 2016, para efeito de nomeação por Decreto Municipal e posse, junto ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar, localizado na Casa dos Conselhos. Para conhecimento público, publique-se o presente Edital de Convocação no Diário Oficial do Município, site da Secretaria Municipal de Educação (<https://www.sme.goiania.go.gov.br/site/>) e em jornais de grande circulação de Goiânia.

Goiânia, data da assinatura eletrônica.

Feliciano Rodrigues Alves

Presidente da Comissão Eleitoral

Portaria SME nº 05, de 16 de janeiro de 2025

Prof.ª GISELLE PEREIRA CAMPOS FARIA

Secretária Municipal de Educação

Decreto nº 11, de 1º de janeiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Feliciano Rodrigues Alves, Profissional de Educação II**, em 22/01/2025, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Pereira Campos Faria, Secretária Municipal de Educação**, em 22/01/2025, às 17:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5959420** e o código CRC **14047884**.

Rua 227-A, nº 331, Quadra 67-D
- Bairro Setor Leste Universitário
CEP 74610-060 Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 32, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos no 40, §1º, inciso III, alínea “a”, c/c art. 40, §5º, §8º, da Constituição Federal, na forma da Lei 10.887/2004, e dos arts. 104 e 105 da Lei Complementar nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, nos termos do processo SEI Nº 24.24.000001084-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Aposentar a servidora **ANA MARIA DE SOUSA GARCIA**, matrícula nº 732230-03, inscrito no CPF sob o n.º xxx.379.911-xx, no cargo de Profissional de Educação II, Grau P03, Padrão “G”, por ter implementado os requisitos para aposentadoria voluntária integral.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais calculados pela média aritmética de 80% (oitenta por cento) das maiores remunerações utilizadas como base de contribuições à Previdência, no **Valor Total de: R\$ 4.476,87** (quatro mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e sete centavos) mensais, a serem pagos por meio do Fundo Previdenciário do Município de Goiânia – FUNPREV (CNPJ: 31.711.157/0001-59) e a serem revistos para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei, em consonância com o Art. 40, § 8º, da Constituição Federal de 1988.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 23/01/2025, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5958231** e o código CRC **D5D84458**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 33, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos no Art. 40, § 1º, inciso III, “b”, § 3º, 8º e 17º, da Constituição Federal de 1988, e na Lei Federal nº 10.887/2004 e do artigo 106, da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, nos termos do processo SEI Nº 24.20.000001355-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Aposentar a servidora **ADVA MAGALHÃES PORTO TAVARES**, matrícula nº 719234-01, inscrita no CPF sob o n.º xxx.027.901-xx, no cargo de Agente de Apoio Administrativo, Classe AA3, Nível “G”, por ter implementado os requisitos para aposentadoria voluntária proventos proporcionais.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão proporcionais à razão de 19,03/30 avos – correspondente ao tempo de contribuição de 19 (dezenove) anos, 00 (zero) meses e 12 (doze) dias, calculados pela média aritmética simples de 80% (oitenta por cento) das maiores remunerações utilizadas como base de contribuições à Previdência, no **Valor Total de: R\$ 1.109,40** (um mil, cento e nove reais e quarenta centavos) mensais, a serem pagos por meio do Fundo Previdenciário do Município de Goiânia – FUNPREV (CNPJ: 31.711.157/0001-59) e a serem revistos para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei, em consonância com o Art. 40, § 8º, da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º Por força do Art. 1º, § 5º, da Lei Federal nº 10.887/2004, e do Art. 111, § 4º, I, da Lei Complementar Municipal nº 312/2018, os proventos da aposentadoria definida nesta Portaria não poderão ser inferiores ao salário mínimo vigente.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 23/01/2025, às 11:27, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5961034** e o código CRC **84A2B2DB**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 34, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista do disposto no Art. 40, §7º, I, e §8º, da Constituição Federal de 1988, C/C Art. 6º-A da EC 41/03 com redação dada pela EC 70/2012, e nos termos dos artigos 100, II; 115, 116, 117, 119, 121, caput e incisos, da Lei Complementar Municipal n.º 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, e no que mais consta no processo SEI Nº 24.20.000005423-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder pensão por morte em favor de **RAIMUNDO GOMES TURÍBIO**, inscrita no CPF sob o nº xxx.663.311-xx, viúvo da ex-servidora **MARIA ANETE FREITAS TURIBIO**, matrícula nº 32760-02, inscrita no CPF sob o nº xxx.158.551-xx, aposentada no cargo de Profissional da Educação II, Classe P03, Nível “M”.

Parágrafo Único. A pensão de que trata este artigo será de **R\$ 9.754,45 (nove mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)** mensais, que corresponde ao limite máximo de Benefício para o RGPS, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este, calculado sobre o **Vencimento: R\$ 7.065,38** (sete mil, sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos); **Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênios (4): R\$ 2.826,15** (dois mil, oitocentos e vinte e seis reais e quinze centavos) e **Adicional de Titularidade (10%): R\$ 706,54** (setecentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos), a serem pagos por meio do Fundo Previdenciário do Município de Goiânia - FUNPREV (CNPJ Nº 31.711.157/0001-59) sendo os seus proventos revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, nos termos do Art. 6º-A da EC 41/2003.

§ 2º Em consequência do previsto no Art. 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019, que trata do acúmulo de benefícios, foi aplicado, por opção do pensionista, o fator redutor na pensão, resultando no desconto do valor de **R\$ 6.237,41** (seis mil, duzentos e trinta e sete reais e quarenta e um centavos), sobre o benefício, devendo ser observadas automaticamente as correções e deduções previstas em lei.

Art. 3.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a 27 (vinte e sete) de novembro de 2024.**

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 23/01/2025, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5961330** e o código CRC **7FA6F57D**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 35, DE 23 DE JANEIRO DE 2025

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA – GOIANIAPREV, no uso de suas atribuições legais e à vista dos dispostos nos artigos, 6º, incisos I, II, III, IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º, da Emenda Constitucional nº 047/05 e § 5º do art. 40, da Constituição Federal/88, combinado com o art. 105 e 127, c/c art. 103, §3º da Lei Complementar nº 312/2018, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Goiânia, nos termos do processo SEI N.º 24.20.000004657-8,

RESOLVE:

Art. 1.º Aposentar a servidora **NILZA ARRUDA SOARES RODRIGUES**, matrícula nº 270539-01, inscrita no CPF sob o xxx.918.721-xx, no cargo de Profissional de Educação II, Classe P03, Nível “F”, por ter implementado os requisitos para aposentadoria compulsória.

Parágrafo único. Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão integrais e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 6.191,61** (seis mil, cento e noventa e um reais e sessenta e um centavos) e **Adicional por Tempo de Serviço - Quinquênio (5): R\$ 3.095,81** (três mil, noventa e cinco reais e oitenta e um centavos), a serem pagos por meio do Fundo Previdenciário do Município de Goiânia – FUNPREV (CNPJ: 31.711.157/0001-59) e revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, conforme previsto no Art. 7º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 047/2005.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 (dezesseis) de dezembro de 2024.

Goiânia, 23 de janeiro de 2025.

CAROLINA ALVES LUIZ PEREIRA
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Alves Luiz Pereira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Goiânia**, em 23/01/2025, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador **5961741** e o código CRC **B9F26A9E**.

Avenida B, nº 155 -
- Bairro Setor Oeste
CEP Goiânia-GO



Prefeitura de Goiânia
Agência de Regulação de Goiânia
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 3, 22 DE JANEIRO DE 2025

Convocação de férias de servidor(a) da Agência
de Regulação de Goiânia

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE GOIÂNIA – AR, nomeado Decreto nº 3.823, de 16 de setembro de 2022 e no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com a Lei nº 9.753 de 12 de fevereiro de 2016, alterada pela Lei Complementar nº 335/2021. **RESOLVE:**

Art. 1º – Convocar a servidora **GEORGIA VENINA FERREIRA RIBEIRO**, matrícula nº **591181-01**, a permanecer no exercício de suas atividades, no período de **22/01/2025** à **20/02/2025**, quando estaria em gozo de suas férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo de **22/01/2024** à **20/01/2025**.

Parágrafo único. O referido período de férias será usufruído em momento oportuno.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Goiânia, 22 de janeiro de 2025.

HUDSON RODRIGUES DE NOVAIS
PRESIDENTE



Documento assinado eletronicamente por **Hudson Rodrigues de Novais**,
Presidente da Agência de Regulação de Goiânia, em 22/01/2025, às
11:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.goiania.go.gov.br/sei> informando o código verificador
5955483 e o código CRC **1F31F88D**.

Avenida do Cerrado, 999, Bloco C, 2º andar - 3524-3091
- Bairro Park Lozandes
CEP 74884-900 Goiânia-GO



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

PORTARIA Nº 083, DE 21 DE JANEIRO DE 2025.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela alínea “a”, inciso II, do artigo 9º, da Resolução nº 026, de 19 de dezembro de 1991 – **REGIMENTO INTERNO**, em face do disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e nos artigos 1º, 3º, 4º e 5º da Portaria nº 283, de 27 de fevereiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão de Contratação, sob a presidência do primeiro, os seguintes servidores:

I - Vitor Almeida Pereira, matrícula nº 5568493, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo;

II - Antônio Henrique Guimarães Isecke, matrícula nº 55686330660, ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial IV;

III - Jakelyne Feles de Moura, matrícula nº **55686334141**, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Compras e Licitação;

IV - Rainer Vinicius Saran, matrícula nº 55686330542, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo;

V - Camila Ferreira da Costa, matrícula nº 5568632639, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo;

Art. 2º Ficam designados para compor a equipe de apoio, os seguintes servidores:

I - Pierry Flores de Oliveira, matrícula nº 55686330761, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo.

II - Paulo Victor Fagundes Franca, matrícula nº 55686332207, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo;

III – Ericka Assis de Macedo, matrícula nº 55686333761, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Compras.



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

Art. 3º Fica a servidora ocupante do cargo de Diretor de Compras e Licitação responsável pela elaboração e assinatura dos Editais de Licitação e dos Avisos de Dispensa Eletrônica.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos desde 1º de janeiro de 2024, data em que fica revogada a Portaria nº 847, de 29 de junho de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 21 dias do mês de janeiro do ano de 2025.

Romário Policarpo
PRESIDENTE

Henrique Alves
1º SECRETÁRIO

Juarez Lopes
2º SECRETÁRIO



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

PORTARIA Nº 084, DE 21 DE JANEIRO DE 2025.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela alínea “a”, inciso II, do artigo 9º, da Resolução nº 026, de 19 de dezembro de 1991 – **REGIMENTO INTERNO**, em face do disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e nos artigos 1º, 3º, 4º e 5º da Portaria nº 283, de 27 de fevereiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Gestora de Contratos:

I - Alessandra Claudino Silva Galvão, matrícula nº 5568513, ocupante cargo efetivo de Analista Técnico Legislativo,

II - Rodrigo Gonçalves de Oliveira, matrícula nº XXXXX, ocupante do cargo de Assessor de Gestão de Contratos;

III - Mariana de Sousa Bernardes, matrícula nº 5568393, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Legislativo - Agente para Assuntos Legislativos;

IV - Thaís Cipriano Vieira da Cunha, matrícula nº 55686330662, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo;

V - Valéria Mohn Soares, matrícula nº 5568632638, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos desde 1º de janeiro de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos **21 (vinte e um)** dias do mês de **janeiro** do ano de **2025**.

Romário Policarpo
PRESIDENTE

Henrique Alves
1º SECRETÁRIO

Juarez Lopes
2º SECRETÁRIO



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 90019/2024-Publicação

A Câmara Municipal de Goiânia, por meio da Diretoria de Compras e Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberta licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, a ser realizada em sessão pública eletrônica, **dia 06 de fevereiro de 2025 às 09:00h** pelo sítio (www.gov.br/compras). Objeto: **Aquisição de água mineral em garrafão retornável e copo com água mineral em embalagem descartável para atendimento da demanda da Câmara Municipal de Goiânia, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.** Processo nº 00000.005007.2024-01. O Edital de Licitação encontra-se disponível no sítio www.goiania.go.leg.br, www.gov.br/pncp ou para retirada na sala da Diretoria de Compras e Licitações - Avenida Goiás nº 2001, Setor Central – Goiânia/GO - CEP: 74063-900, fone 3524-4230, e-mail: licitacao@camaragyn.go.gov.br. Goiânia, 22 de janeiro de 2025.

Vitor Almeida Pereira
Pregoeiro



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Goiânia
Poder Legislativo

**RESULTADO DEFINITIVO E HOMOLOGAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº
001/2024 (ITEM 15 EDITAL)**

A Câmara Municipal de Goiânia, por meio do seu Diretor Financeiro/Ordenador de Despesa Vitor Pessoa Loureiro de Moraes (Portaria nº 219, de 14 de março de 2017 e Portaria nº 300 de 04 de março de 2024), torna público para conhecimento dos interessados o RESULTADO DEFINITIVO do Edital de Chamamento Público nº 001/2024, referente ao Processo Eletrônico (SUAP) Nº: 00000.000372.2024-11, visando à seleção de 01 (uma) Organização da Sociedade Civil - OSC, interessada em celebrar termo de colaboração para realização de processo seletivo e operacionalização do Programa de Aprendizagem: *Programa Jovem é o Futuro*. Verifica-se nos autos o PARECER JURÍDICO Nº 913/2024 e DESPACHO 1017/2024 - PRGER/MSDIR/PLENA/CMG, acolhendo, exarados pela Procuradoria Geral desta Casa de Leis, nos quais manifestam pela regularidade da fase externa do Procedimento e homologação do certame. Constatada a legalidade e legitimidade do presente certame, **DECLARO VENCEDORA a OSC OBRAS SOCIAIS DO CENTRO ESPÍRITA IRMÃO ÁUREO - OSCEIA e HOMOLOGO o Chamamento Público nº 001/2024.**

Goiânia, 23 de Janeiro de 2025.

VITOR PESSOA LOUREIRO DE MORAIS
Diretor Financeiro

EDITAIS DE COMUNICAÇÃO**AMMA**

HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA, CNPJ: 01.625.151/0001-06, torna público que requereu à Agência Municipal do Meio Ambiente de Goiânia a **Licença Ambiental Prévia e de Instalação**, para a implantação de empreendimento situado na Rua 9-A com a Avenida L e a Rua 7-A, Quadra 11-A, Lotes 01/08-22/25, Setor Aeroporto, Goiânia-GO.

INCORPORAÇÃO OPUS 71 SPE LTDA, CNPJ: 40.732.439/0001-23, torna público que requereu à Agência Municipal do Meio Ambiente de Goiânia a **Licença Ambiental Prévia e de Instalação**, para a implantação de empreendimento situado na Av. T-3 e Rua T-55 e Rua T-30, Quadra 108, Lotes 03/04-14/18-20/21, Setor Bueno, Goiânia-GO.

INCORPORAÇÃO OPUS 79 SPE LTDA, CNPJ: 44.647.288/0001-66, torna público que requereu à Agência Municipal do Meio Ambiente de Goiânia, a **Licença Ambiental Prévia e de Instalação**, para a implantação de empreendimento situado na Rua 27, Quadra F-8, Lotes 3-5-7-9, Setor Oeste, Goiânia-GO.

INCORPORACAO OPUS 91 SPE LTDA, CNPJ: 53.319.888/0001-96, torna público que requereu à Agência Municipal do Meio Ambiente de Goiânia a **Licença Ambiental Prévia e de Instalação**, para a implantação de empreendimento situado na Av. da Serrinha e Av. T-4 e Rua Thomaz Edson, Quadra 07, Lotes 01/33A, Setor Serrinha, Goiânia-GO.

MB VARIEDADES EIRELI, CNPJ/CPF nº 12.902.382/0001-28, torna público que requereu da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA) de Goiânia, por meio do processo nº **20210010026**, a **Renovação da Licença Ambiental**, para a(s) seguinte(s) atividade(s): o armazenamento e distribuição de medicamentos, saneantes, produtos para a saúde e cosméticos, desenvolvida(s) na Av Sol Nascente, Quadra: 106, Lote: 03, nº 780, Setor Jd Nova Esperança ,Goiânia, Go.

S 4 COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA – CNPJ: 57.483.591/0001-12, torna público que requereu a Agência Municipal de Meio Ambiente de Goiânia - AMMA, a **Licença Ambiental de Operação**, para a atividade de Comercio Varejista de Combustíveis para veículos automotores, com endereço a Avenida Perimetral Oeste, SN, Quadra 09, Lote 24 – Loteamento Tropical Verde – Goiânia, Goiás.

EDITAIS DE COMUNICAÇÃO
AMMA

SPE CITY 29 EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 47.256.212/0001-06, torna público que requereu à Agência Municipal do Meio Ambiente de Goiânia a **Licença Ambiental Prévia e de Instalação**, para a implantação de empreendimento situado na Avenida 136 e Rua 1136, QD. 245, Lotes 07/09B-10/11-36/39, Setor Marista, Goiânia-GO.

SPE RESIDENCIAL CITY 25 EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 44.694.239/0001-84, torna público que requereu à Agência Municipal do Meio Ambiente de Goiânia a **Licença Ambiental Prévia e de Instalação**, para a implantação de empreendimento situado na Avenida 136 e Rua 1136, Quadra 245, Lotes 07/09A-40/42, Setor Marista, Goiânia-GO.